

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDO DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JAVIER EDISON LLANES CALIXTO

AS PEGADAS VISÍVEIS DE PESSOAS (IN)VISÍVEIS:
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE IMIGRANTES SEM DOCUMENTOS EM
PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA

Porto Alegre, dezembro de 2016.

JAVIER EDISON LLANES CALIXTO

**AS PEGADAS VISÍVEIS DE PESSOAS (IN)VISÍVEIS:
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE IMIGRANTES SEM DOCUMENTOS EM
PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA**

Monografia apresentada no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Fagundes Jardim

Porto Alegre, dezembro de 2016.

CIP - Catalogação na Publicação

Calixto, Javier Llanes

As pegadas visíveis de pessoas (in)visíveis: Estudo antropológico sobre imigrantes sem documentos em Porto Alegre e região metropolitana. / Javier Llanes Calixto. -- 2016.

57 f.

Orientadora: Denise Fagundes Jardim.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. migrações. 2. documentos. 3. vulnerabilidade. 4. trajetória. 5. trabalho. I. Jardim, Denise Fagundes, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Cornelia Eckert

Janaína Lobo

Orientadora

Denise Fagundes Jardim

Dedico este trabalho a meus pais, que nunca mediram esforços para brindar o apoio necessário e irrestrito em todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a San Pancrácio e a Nossa Senhora das Graças, pois é neles que procuro conforto nas horas difíceis.

A meu pai pelo maravilhoso exemplo de vida que me legou. Vou sentir tua falta na hora de apresentar este trabalho, mas tenho certeza de que estarás orgulhoso, como sempre, com o sucesso dos teus de onde estiveres. À minha mãe, que estimula e apoia todos os nossos projetos e para quem nossa felicidade é também sua. À minha esposa e às nossas filhas, pelo apoio, pelo carinho e pela paciência ao longo de todos esses anos em que saía de casa bem cedo para trabalhar e só voltava já tarde após a aula. Elas sempre encontraram momentos para fazermos as coisas que deixamos de compartilhar por causa das horas de estudo.

À minha orientadora, Denise Fagundes Jardim, pelo esmero com que acompanhou meu trabalho com imigrantes desde os primeiros semestres da graduação, campo, aliás, que ela própria me apresentou.

Agradeço a todos os professores que deixaram uma marca em minha formação. Em especial às professoras Cornelia Eckert e Patrice Schuch, que me mostraram os caminhos da Antropologia em suas aulas maravilhosas e, com certeza, influenciaram minhas escolhas nas Ciências Sociais.

Agradeço a todos os colegas que, ora concordando, ora discordando, ajudaram na construção de nosso espaço de reflexão, estimulando a análise crítica, tão necessária nos tempos em que nos tocou viver.

Finalmente, agradeço a meu tio, “El Gringo Nicola”! Foi nas visitas que lhe fazia em seu exílio que aprendi sobre o Marx dos trabalhadores e conheci a música latino-americana que ouço até hoje. Naquela época de ditadura em nosso “paisito Uruguay”, como muitas outras coisas, esse tipo de música era proibido.

*Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino:
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar.”
(Antonio Machado)*

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo antropológico sobre as migrações internacionais, levando-se em consideração as categorias mobilizadas tradicionalmente pelas Ciências Sociais para abordar o tema. Para isso, desenvolvemos um trabalho com imigrantes que moram há anos no país de acolhida, sem documentos regulares de residência, na tentativa de verificar a aderência de conceitos como imigrante, indocumentado ou vulnerável. Nosso esforço orientou-se a trazer as vozes desses imigrantes para conhecer como se relacionam com o Estado no momento de obter serviços que, *a priori*, demandariam a existência do documento como mediador e como se (re)estabelecem as redes de solidariedade nas comunidades em que moram. Trabalhamos com um grupo de imigrantes indocumentados residentes em Porto Alegre e na região metropolitana e destes escolhemos duas trajetórias para descrever suas idas e vindas, não por serem exemplares, e sim por nos auxiliar na tarefa de descentralização de conceitos que, conforme entendemos, abordam o fenômeno de maneira homogênea, apagando, assim, sua diversidade e complexidade. O resultado do trabalho é fruto de um ano de observação participante e de entrevistas com os imigrantes pesquisados.

Palavras-chave: migrações, documentos, vulnerabilidade, trajetória, trabalho, políticas de imigração.

RESUMEN

Esta monografía presenta un estudio antropológico sobre las migraciones internacionales, teniendo en cuenta las categorías tradicionalmente movilizadas por las Ciencias Sociales para abordar la cuestión. Para ello, hemos desarrollado un trabajo con inmigrantes que viven en el país de destino, durante años, sin documentos de residencia regulares en un intento para verificar la adherencia de conceptos como inmigrantes, indocumentados o vulnerables. Nuestros esfuerzos fueron orientados a llevar las voces de estos inmigrantes para entender cómo se relacionan con el Estado en el momento de la obtención de los servicios que, a priori, demandarían la existencia de un documento como mediador y la forma de (re)establecer redes de solidaridad en las comunidades en que viven. Trabajamos con un grupo de inmigrantes indocumentados que viven en Porto Alegre y el área metropolitana y de ellos, elegimos dos para describir sus trayectorias, no porque sean ejemplares, sino porque nos auxiliaron en la tarea de descentrar conceptos que entendemos tienden a abordar el fenómeno de manera homogénea eliminando por tanto la diversidad y complejidad de los mismos. Este trabajo es el resultado de un año de observación participante y de entrevistas con los inmigrantes encuestados.

Palabras clave: migraciones, documentos, vulnerabilidad, trayectoria, trabajo, políticas de inmigración.

ABSTRACT

This paper presents an anthropological study on international migration taking into account the categories traditionally mobilized from the Social Sciences to address the theme. For this, we have developed a work with immigrants who live in the residence country, for years, without regular residence documents in an attempt to verify the adherence of concepts such as immigrant, undocumented or vulnerable. Our effort was to bring the voices of these immigrants to know how they relate to the State in the moment of obtaining services that normally, would demand the existence of the document as a mediator and how (re)establish networks of solidarity in the communities in which they live. We work with a group of undocumented immigrants residing in Porto Alegre and the metropolitan region, and from these we chose two to describe their trajectories, not because they are exemplary but because they help us in the task of decentralizing concepts that we understand approach the phenomenon in a homogeneous way, thus erasing, the diversity and complexity of it. This work is the result of a year of participant observation and interviews with the immigrants surveyed.

Keywords: migration, documents, vulnerability, trajectory, labour, immigration policies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO: POR QUE OUVIR UM IMIGRANTE?	17
2.1 O problema do imigrante e o imigrante como problema.....	17
2.2 Identidade nacional: emigração e imigração	19
3. O ACASO DA IMIGRAÇÃO E O PROTAGONISMO DO IMIGRANTE.....	23
3.1 Itinerários de Maria: o passarinho e suas gaiolas	24
3.2 Os itinerários vistos de perto e de lupa.....	25
3.3 “Me sentia livre como um passarinho”.....	25
3.4 A transição entre dois lugares (ou o que liga dois pontos no mapa): vendo-se com vida de imigrante	26
Vila Dique: a nova gaiola, uma imigrante	27
Da Dique à Vila de Passagem: novos sonhos e novos voos	28
3.5 A casa nova, os gêmeos e os documentos	29
4. ESTRANGEIRO EM SUA TERRA: AS IDAS E VOLTAS DE UM MIGRANTE.....	33
4.1 Pedro: a vida na Zona Sul de Porto Alegre	34
4.2 Em casa.....	36
4.3 Sobre as pessoas e seus corpos	37
4.4 Documentar a existência de corpos em movimento	38
4.5 Voltando ao relato de Pedro: como viver sem papéis	40
4.6 Como documentar a existência de um corpo perante o Estado?	42
4.7 De documentos e estranhamentos.....	44
4.8 Finalmente os documentos	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6. REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que existe mobilidade humana desde que existem humanos. Esses deslocamentos foram regidos inicialmente, entre os incontáveis motivos, pela procura de alimentos ou pela tentativa de proteger-se das adversidades climáticas e, por que não, pela curiosidade em conhecer o desconhecido. Independentemente do motivo que levou indivíduos e grupos a aventurar-se rumo ao não conhecido, foi esse ato simples que permitiu a disseminação da espécie humana nas mais diversas regiões do planeta. Mais recentemente, nos últimos milênios, as políticas expansionistas dos grandes impérios e o comércio somaram-se à interminável lista de motivos que levaram pessoas, grupos e etnias a mudar-se de lugar. Contudo, esses deslocamentos nem sempre foram voluntários.

Desde o surgimento do Estado-nação moderno e com a progressiva consolidação do paradigma político, social e econômico ocidental, as relações de trabalho e os deslocamentos populacionais adquiriram uma dimensão diferente. Foram criadas estruturas específicas nas mais diferentes esferas em nível nacional e internacional, desde a Organização das Nações Unidas (ONU) até a Organização dos Estados Americanos (OEA). No Brasil, a Polícia Federal e o Ministério de Relações Exteriores, assim como estados e municípios, são alguns dos órgãos incumbidos em controlar o fluxo e criar políticas públicas orientadas aos imigrantes.

Levando-se em consideração o contexto global, constata-se que, em 2013, 232 milhões de pessoas, ou seja, 3,2% da população mundial eram migrantes internacionais. Em 2000, eram 175 milhões e, em 1990, 154 milhões. Em 1990, 53% dos imigrantes escolhiam o Hemisfério Norte para morar. Já em 2013, correspondiam a 59%, dos quais 48% eram mulheres.¹

A partir de 2014, e principalmente em 2015, contingentes de imigrantes chegaram à Europa e o fenômeno, acompanhado em tempo real na mídia, dava conta das mais diversas situações: a chegada de imigrantes em navios precários e superlotados, a morte de pessoas como consequência das péssimas condições de segurança nas travessias, a criação de muros (alguns apenas simbólicos e outros bastante reais), o ressurgimento de sentimentos xenófobos

¹ Disponível em:

http://www.un.org/en/ga/68/meetings/migration/pdf/International%20Migrants%20Worldwide_totals_2013.pdf. Acesso em: 22 nov. 2016.

e a criação de regulamentos *ad hoc* para lidar com os novos imigrantes. As migrações internacionais foram tratadas como problema humanitário, como crise, como um risco para a economia global² e até como ameaça à segurança nos diferentes países da Europa.

O Brasil tem sido historicamente um lugar de imigração para habitantes dos países vizinhos e, nos últimos anos, como consequência de uma maior visibilidade internacional, aos tradicionais migrantes da América do Sul somaram-se haitianos e africanos. Nesse sentido, apresenta uma longa tradição de acolhida a imigrantes e, há algum tempo, concede um visto humanitário de residência permanente para haitianos. Essa prática permite que os imigrantes cheguem ao Brasil com o visto e, assim, possam iniciar os trâmites, já no ingresso ao país, do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e da Carteira de Trabalho.

Existem dados bastante completos sobre imigrantes regulares. Os dados aos que tivemos acesso lançam alguma luz sobre a problemática da imigração. Os pontos de sombra que um enfoque quantitativo evidencia são os que queremos “iluminar”, valendo-nos de um enfoque qualitativo que nos aproxime da visão de mundo e da realidade particular dos imigrantes que vivem por anos sem documentos regulares de residência.

Este trabalho apresenta um estudo antropológico sobre as migrações internacionais contemporâneas. Trataremos mais concretamente dos imigrantes que vivem durante anos no país de acolhida sem documentos regulares de residência e das relações que estabelecem com o Estado e a sociedade. O objeto de nossa pesquisa é pensar como esses imigrantes lidam com categorias como *imigrante*, *indocumentado*, *estrangeiro* e *vulnerabilidade*. Para isso, acompanhamos os deslocamentos, verificando as táticas e as estratégias utilizadas no momento de relacionar-se com o Estado para obter serviços que normalmente demandam a mediação de um documento e, paralelamente, como são estruturadas as redes de solidariedade estabelecidas nas comunidades em que residem.

É possível pensar na imigração apenas como a procura por melhores condições de vida? Quais são as estratégias de inserção? As categorias que o Estado mobiliza ao relacionar-se com os imigrantes tratam efetivamente de sujeitos homogêneos? Analisamos, tentando elucidar essas questões, o caso de imigrantes de origem latino-americana, indocumentados, que moravam em Porto Alegre e na região metropolitana. Desse universo escolhemos dois

² No Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2016, a base para as discussões consistiu em um relatório apresentado pela ONG inglesa Oxfam (www.oxfam.org), segundo o qual as migrações em massa foram consideradas como um dos riscos globais existentes.

imigrantes, um homem e uma mulher na faixa etária entre 20 e 30 anos com experiências migratórias diferentes que nos auxiliarão, ao percorrer suas trajetórias, na tarefa de testar a consistência das categorias que o Estado utiliza para catalogá-los. Os entrevistados não são exemplares. Não se trata de retratar tipos ideais weberianos ou médios, um fato social, ao estilo de Durkheim. Trata-se apenas de duas trajetórias escolhidas entre outras possíveis que nos auxiliarão a pensar na relação dos imigrantes com as categorias definidas pelo Estado com fins meramente classificatórios.

Considero necessário, neste momento, apresentar alguns elementos na tentativa de auxiliar o leitor a conhecer meu lugar de enunciação, assim como a trajetória acadêmica e de vida que me levaram a esta pesquisa. Sou uruguaio e moro no Brasil há quase 20 anos. Minha esposa é natural do Rio Grande do Sul e minhas filhas nasceram em Porto Alegre. São brasileiras, gaúchas, porto-alegrenses e são também uruguaias; além da cidadania, elas têm uma familiaridade muito grande com os costumes e a cultura do lugar em que nasci. Hoje considero no mínimo curioso o fato de reconhecer que me descobri como imigrante apenas nos primeiros semestres do curso de Ciências Sociais. Até então me preocupava com questões mais práticas: trabalhar, cuidar da esposa e das filhas, fazer novas amizades. Viver a vida, enfim, com os sonhos e as frustrações que nos apresenta tal percurso, escolhendo conforme as táticas possíveis, avaliando opções e procurando novas alternativas sempre que as ferramentas disponíveis mostravam-se inoperantes. Foi o contato com conceitos como “migrante” e as categorias construídas para sua análise que me levaram a enxergar os imigrantes (e a mim como parte deles) com um olhar diferente.

Quando iniciei o segundo semestre do curso de Ciências Sociais, a professora Denise Jardim, hoje minha orientadora, disponibilizou uma vaga de pesquisa voluntária vinculada ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O foco da vaga era a pesquisa junto a imigrantes e, para mim, foi também uma oportunidade de aproximação com o mundo acadêmico. O NACI tem como principal preocupação examinar os processos de construção da cidadania e da democracia brasileira. Imigrações, etnicidade, cidadania e direitos humanos são alguns dos temas que motivam as pesquisas do núcleo. Participar dos seus encontros foi sempre muito estimulante e nunca consegui estabelecer com certeza se eu era um pesquisador falando sobre imigrantes ou um imigrante falando com pesquisadores. Aos poucos, fui encontrando meu lugar e esses questionamentos passaram a um plano subliminar, mas nunca desapareceram integralmente.

A professora Denise Jardim apresentou-me ao Centro Ítalo-Brasileiro de Apoio e Instrução aos Imigrantes (CIBAI Migrações). O CIBAI é uma ONG que, desde 1958, auxilia imigrantes que chegam a Porto Alegre e está vinculada à Igreja Católica, mais precisamente à congregação dos padres scalabrinianos, fundada no século XIX na Itália. Fazem parte dos serviços disponibilizados pelo CIBAI desde a recepção e a orientação para encaminhar documentos de residência, passando pela distribuição de cestas básicas, até o apoio legal e psicológico, oferecido em conjunto com o grupo de voluntários que auxiliam nas mais diversas tarefas. O CIBAI está vinculado à Scalabrini International Migration Network, uma organização de abrangência mundial que, além de oferecer suporte e assistência social a imigrantes, compõe uma rede de estudo e pesquisa sobre temas como migrantes e refugiados.

Na época, o CIBAI estava organizando, junto a outras instituições, o I Seminário do Fórum Permanente de Mobilidade Humana. O seminário devia acontecer em outubro de 2012 e um dos objetivos era, alinhado com os objetivos da rede scalabriniana internacional, trazer temáticas afins ao fórum para o debate político e interagir com os agentes incumbidos de estabelecer e gerenciar políticas públicas, unindo, assim, ao trabalho de serviço junto aos migrantes uma participação política ativa. Nesse período de seis meses de pesquisa voluntária no NACI e mais um ano de trabalho voluntário junto ao CIBAI transcorre minha pesquisa.

Em 2016, obtive minha cidadania brasileira e iniciei os trâmites da cidadania portuguesa, à qual tenho direito por linha materna, já que meus avós eram portugueses. Não posso expressar com clareza os sentimentos que envolvem a possibilidade de vir a ser português. Não conheço as cores, os cheiros nem os sons desse país de além-mar. Tenho dele apenas o que resta em minha memória das histórias que meu avô em certas oportunidades contava. Muito mais nitidamente guardei o olhar distante e tristonho (segundo me parecia) de meu avô ao falar de Portugal, país que deixou para trás com vinte e poucos anos e ao qual nunca mais voltou, jamais retornando às suas cores, aos seus cheiros ou sons e tampouco à sua gente, aos seus familiares, amigos e vizinhos.

Nesse sentido, contrastar minhas percepções sobre a fronteira com a de outras pessoas é um grande desafio, pois o que está em jogo é, de um lado, descentrar-me de minha própria percepção – como sugere a Antropologia – e, de outro, desconstruir discursos genéricos sobre a experiência migratória que incidem sobre a vida dos imigrantes, julgando-as como bem ou malsucedidas. Para enfrentar esse desafio, recorreremos a alguns autores para auxiliar-nos na construção de um marco referencial que justifique a pesquisa no âmbito da Antropologia.

Entendemos, acompanhando Roy Wagner (2014, p. 39), que o antropólogo vivencia a cultura do “outro” através dos significados de sua própria cultura. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que o exótico vai tornando-se familiar, o familiar tende a tornar-se estranho e, nesse processo, cria-se um relato que faz sentido nos termos de sua cultura nativa. Em meu caso (antropólogo e migrante), a fronteira entre o “nós” e os “outros” é extremamente porosa e, longe de tentar apagá-la ou ignorá-la, pretendo transitar por essa região fluidamente.

Em várias ocasiões, dúvidas morais e éticas invadiram-me. Trabalhar com pessoas que muitas vezes precisam de favores, mais do amigo que do antropólogo, é um desafio que demanda vigilância epistemológica constante, e a definição de limites que separem a observação participante da participação observante nem sempre é tarefa fácil. Estando consciente desse desafio metodológico, abordarei a pesquisa compartilhando o ponto de vista de Abdelmalek Sayad (1998, p. 134):

O discurso recolhido é tanto mais sincero e autêntico porque todos, tanto o entrevistado e seus amigos como o próprio entrevistador, acabaram, em mais de um momento, esquecendo a finalidade última da operação que consiste, para alguns, em recolher o discurso para fins de análise.

2. A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO: POR QUE OUVIR UM IMIGRANTE?

2.1 O problema do imigrante e o imigrante como problema

Segundo Sayad (1998, p. 85), existe uma tendência a perceber os imigrantes como uma categoria homogênea, reunindo-os na tentativa de constituí-los em uma comunidade integrada (comunidade ilusória) quando, na verdade, trata-se de um conjunto de indivíduos separados, apesar do estatuto e da condição social que partilham. Esses imigrantes têm trajetórias individuais diferentes, podem ser originários de Estados-nação diferentes, com histórias sociais emigratórias diferentes, e não necessariamente compartilham a mesma posição nessa história migratória. Reforçando essa ideia, Marc Augê (1994) afirma que seria muito mais fácil para o pesquisador se cada grupo cultural fosse uma ilha (sem contato com outras ilhas) e, dentro destas, cada morador fosse igual aos outros. A prática da pesquisa antropológica mostra-nos, porém, quão artificial seria um trabalho com uma comunidade nesses moldes.

As categorias permitem pensar, no caso da Antropologia, sobre os grupos e a definição de limites. Em última instância, esses limites são arbitrários, embora facilitem a tarefa na hora de decidir quem está dentro e quem está fora. Essa tarefa é imprescindível ao se realizar uma pesquisa fundamentada no método científico. Bachelard (2013, p. 91) alerta-nos, no entanto, sobre alguns obstáculos epistemológicos e, entre eles, o que o autor denomina como obstáculo verbal: a expansão abusiva das imagens usuais, em que “uma *única* imagem, ou ainda uma palavra constitui toda a explicação”. Corremos assim o risco de que apenas uma palavra (*imigrante, indocumentado, vulnerável*) seja a explicação completa de uma realidade que dificilmente permitiria ser reduzida a um repositório tão estreito.

Existem inúmeras pesquisas de qualidade sobre imigrantes que abordam a problemática sob a óptica dessas categorias e que resultam fundamentais para definir ou reivindicar políticas públicas. Nosso interesse é abordar a imigração de outro ângulo, acompanhando Denise Jardim (2012), que afirma:

De alguma maneira, a contribuição dos antropólogos é revelar e chamar a atenção na produção de uma “desumanização” – isto é, de uma anulação da realidade contextual (a família, o corpo material, subjetivo) inerente ao fenômeno humano –

por meio de categorias protocolares que se afirmam como as únicas capazes de conferir um estatuto oficial para a presença de imigrantes em um país.³

Nosso interesse está focado nas trajetórias dos imigrantes entrevistados e cujas narrativas são apresentadas nos dois capítulos que seguem, suas relações, o que ficou para trás, as novas redes de solidariedade criadas, as estratégias e as táticas escolhidas para lidar com a burocracia e o Estado, o aspecto “normal” da rotina diária, saber de seus sonhos, ansiedades e frustrações. Testando a aderência das categorias usualmente acionadas pelos agentes do Estado no dia a dia, do ponto de vista dos imigrantes, é possível acompanhar em muitos casos seus deslocamentos na reivindicação de direitos e o suprimento de necessidades que vão desde as mais básicas até os serviços de saúde de complexidade maior.

Recorremos, neste trabalho, às abordagens de Sayad (1998) acerca das duas componentes da migração (emigração e imigração) e do modo como se relacionam. A imigração vista também como consequência de um sistema econômico num mundo globalizado que ainda tem contas pendentes com o sistema colonial das potências europeias. De Herzfeld (2016) nos apropriaremos da explicação sobre a relação da burocracia com a consolidação da identidade nacional e sobre a eventual dificuldade dos estrangeiros para lidar com essa simbologia que, por vezes, apresenta os agentes (as faces visíveis da burocracia nacional) como portas infranqueáveis. Mostraremos como os conceitos de lugar (e de não lugar) de Marc Augê (1994) podem ajudar a pensar essa dinâmica migratória. Qual é a relação dos sujeitos com o lugar necessariamente histórico que, no caso dos imigrantes, resulta desconhecido?

Esse lugar que os antepassados construíram, que os mortos recentes povoaram de signos que é preciso saber conjurar ou interpretar, cujos poderes tutelares num calendário ritual preciso, desperta e reativa a intervalos regulares. Extremo oposto dos “lugares de memória”, lugares em que aprendemos essencialmente nossa diferença: a imagem do que já não somos. (AUGÊ, 1994, p. 53)

Augê define o não lugar como os espaços (impessoais) constituídos em relação a certos fins e nos quais o anonimato impera. Passamos do não lugar novamente para o lugar assim que conseguimos nos individualizar, com um bilhete de embarque ou um documento. Existe, no entanto, o não lugar como lugar. Ali as “astúcias milenares” da invenção do

³ Tradução livre de texto original em espanhol.

cotidiano e das “artes de fazer” tão primorosamente descritas por De Certeau reconstituem relações (1998). Essa é a dimensão do não lugar que nos interessa explorar.

2.2 Identidade nacional: emigração e imigração

O capitalismo, enquanto sistema socioeconômico dominante no Ocidente, não se comporta em termos de Estado-nação e as fronteiras nacionais não delimitam suas ações. Vivencia-se hoje o que podemos denominar como identidades compartilhadas que o consumo global desenvolve. Assim, por exemplo, moradores de comunidades de periferia no terceiro mundo conhecem detalhes do esporte, dos atletas (alguns deles eventualmente oriundos das mesmas periferias) ou das características da arquitetura de cidades distantes, do primeiro mundo que os meios de comunicação divulgam aos seus consumidores globalmente. Esses mesmos moradores eventualmente não conhecem o centro ou os bairros mais abastados de sua própria cidade.

Observa-se mais um paradoxo no processo de construção de identidades: como conciliar o consumidor global, que apaga em vários sentidos a diferença, apontando para a homogeneidade de uma cultura global (o mais correto seria referir-nos a ela como ocidental) com as identidades nacionais, sustentadas na diferença que é preciso marcar e que lhe atribui sentido. Qual é a relação entre as estruturas nacionais e supranacionais que regulamentam o trânsito de mercadorias e pessoas num contexto global? Por que as nações do primeiro mundo disputam a abertura de novos mercados, também no terceiro mundo⁴, assumindo a supremacia do primeiro sobre o terceiro (as matemáticas ajudam), estimulando o trânsito de mercadorias, sinônimo de desenvolvimento e considerando o trânsito de pessoas como um problema e, em última instância, como um risco?

A partir dessas questões macroestruturais, interessa-nos propor uma aproximação a um olhar mais “micro”, longe de chegar a uma visão psicológica que trate do imigrante como uma entidade isolada, mas atentando para sua inserção na sociedade, as estratégias e táticas de integração e resistência ao contexto local. Em última instância, ao falarmos de imigrante, vulnerável, indocumentado, estamos falando de um grupo homogêneo, ou é possível, através de novas abordagens, ampliar semanticamente a abrangência dessas definições.

⁴ Note-se a brecha: do primeiro mundo saltamos ao terceiro. Ainda que o segundo mundo já não exista, o terceiro mundo continua no seu lugar, sem a possibilidade de “ascender” uma posição.

Stuart Hall (2015) fala-nos em culturas nacionais como comunidades imaginadas. No mundo contemporâneo, a ideia de um indivíduo sem nação impõe uma grande tensão à imaginação moderna. As pessoas não são apenas cidadãos legais; elas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional. O retorno ao passado que a (re)produção do sentimento de nacionalidade opera serve para “purificar as fileiras” e expulsar os “outros” que ameaçam a identidade. Nesse sentido, identidade (cultura) nacional não é apenas um ponto de lealdade. É também uma estrutura de poder que nos permite pensar nas culturas nacionais como repositórios discursivos que representam a diferença como unidade ou identidade.

Herzfeld (2016) orienta seus esforços em mostrar como a burocracia tenta moldar a identidade nacional e, assim, a indiferença do burocrata tem por objetivo rejeitar a humanidade do cliente. Os imigrantes sofrem intensamente com essa face da burocracia. Uma vez estabelecida a identidade nacional, serve ao mesmo tempo como fato moral e como representação coletiva. A lógica estatal tende a tornar eternos e invioláveis alguns princípios, mas evitando a questão de “quem somos nós”. Temos observado que essa pergunta é tema recorrente nos surtos xenófobos que, mais do que questionar o “outro”, tentam fechar um consenso debatendo o “nós” e, desse modo, as respostas da burocracia podem ser entendidas como uma estratégia para “depurar” as impurezas da sociedade.

Os estereótipos são a maneira de definir e retratar os caracteres que constituem a identidade nacional, sendo simples, fixos e inequívocos. Nesse contexto, os estrangeiros adotam uma postura ambígua e, por esse motivo, devem ser anexados ou combatidos. Ainda segundo Herzfeld, a indiferença é a face que assume a burocracia com aqueles que desejam fazer parte do “nós”, e os estrangeiros não conhecem as regras do jogo. O símbolo da unidade nacional é, ao mesmo tempo, a ferramenta para a sua aquisição.

Outra ferramenta na (re)criação da identidade nacional é a língua. Unificar a língua significa ter o controle das diferentes histórias que podem, então, unificar-se em uma grande narrativa capaz de apagar ou moldar as singularidades e as disputas internas. As palavras substituem em alguma medida a realidade, que vem a tornar-se mais homogênea.

Paradoxalmente, essa identidade nacional que tenta ser homogênea para o interior da sociedade procura diferenciar-se de outros Estados-nação e define as virtudes (ou os defeitos) de uma nação. Por exemplo, os alemães são conhecidos como trabalhadores, sistemáticos e dotados de aptidão para as técnicas. Uma pergunta que surge em vários debates é sobre qual

seria a percepção global sobre a indústria alemã se internamente sua sociedade se tornasse mais diversa e os estereótipos que ajudam a defini-la fossem estabelecidos de forma mais flexível.

Para autores como Edward Said, o discurso colonial criou esse mundo do centro, em que tudo funciona e deve ser imitado. A França era imaginada, por um interlocutor de Sayad, como uma extensão de sua aldeia, onde viviam seus parentes e seus vizinhos que haviam partido antes. Ao chegar lá, deparou-se com uma realidade bem diferente: a França dos franceses era muito diferente da deles, imigrantes, e também era muito diferente de sua aldeia. Para eles, a França só tinha trabalho e sombras: “Não existe paraíso para nós, mas o imaginamos...” (SAYAD, 1998, p. 121). Seja qual for, enfim, o motivo que leva as pessoas a migrar, devem aprender, como consequência desse ato, a lidar com no mínimo duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas para não serem simplesmente assimiladas.

O processo de migração é conformado por dois atos: o de emigrar do Estado de origem para imigrar a um Estado de destino. Para o Estado de origem, o indivíduo é um emigrante, alguém que em algum sentido traiu sua cultura, não aceitou o lugar que sua sociedade tinha para ele e não cumpriu com os deveres que lhe foram reservados. O emigrante é associado à ausência. Já no Estado de destino, o indivíduo é um imigrante, alguém que tem um potencial subversivo sobre a ordem, a cultura e a identidade nacional. Alguém que, como já falamos, deve ser incorporado ou enviado para a margem da sociedade, caso não seja passível de descarte. O imigrante é associado à presença.

O indivíduo migrante, uma vez que emigrou de sua terra, imigrou para algum lugar e tem de conviver com a condição simultânea de emigrante e imigrante, ou seja, com as ausências da emigração e as presenças da imigração. Sayad define muito eloquentemente a situação desse indivíduo migrante como um estado provisório que se vive como permanente, que se prolonga indefinidamente no tempo, e como um estado permanente que se vive de maneira provisória, sempre estando em aberto à possibilidade do retorno.

Nos dois capítulos que seguem, são apresentados os relatos das experiências de vida de dois migrantes, Maria e Pedro, que vivem sua migração de formas diferentes. Esses relatos foram fruto de um trabalho de observação participante realizado em pouco mais de um ano, entre julho de 2013 e setembro de 2014. Nesse período, tive a oportunidade de acompanhar eventos marcantes em suas vidas (e na minha). Foi no transcurso desses deslocamentos

compartilhados e de entrevistas em suas residências que conseguimos retomar não apenas suas trajetórias, respeitando sempre o tempo de cada um, mas também os assuntos trazidos nos diálogos e igualmente os silêncios. Pouco perguntei para além do que eles me contaram. Não por falta de interesse, mas na tentativa de preservar suas histórias nos termos por eles próprios apresentados.

3. O ACASO DA IMIGRAÇÃO E O PROTAGONISMO DO IMIGRANTE

*La luna del Brasil mira tan dulce
desde un cielo de lento movimiento
que no quiere dejar
al pasar la frontera,
y no quiere saber
que de este lado
la espera un castellano.
Y ni al mirar los ojos que la miran,
por eso se convence y dice:
«É bom, é bom, é bom, é bom, é bom».*

*La luna del Brasil habla tan dulce
con un susurro en verde y amarillo
que no quiere dejar
al pasar la frontera,
y no quiere saber
que a mí me gusta
que me hable en castellano,
y ni al caer
redonda sobre el pasto,
por eso se convence y dice:
«É bom, é bom, é bom, é bom, é bom».*

Rubén Lena, En verde y amarillo

Destaco a narrativa de Maria como uma oportunidade de escuta sobre as distâncias sociais percorridas durante o percurso imigratório. Uma sugestão importante é visualizar no mapa seu itinerário e, ao mesmo tempo, escutar as rupturas e os laços que teve de refazer para dar novos sentidos a sua imigração. Maria, que morava na fronteira, escolheu nela continuar ao decidir quais seriam os passos que a levariam a seu futuro; apenas trocou o Uruguai pelo

Brasil. Ir para a capital, como se fala de Montevideu no interior, nunca foi uma opção. Seus passos encontraram o caminho de Porto Alegre, o que pode ser lido como uma trajetória típica de migração.

3.1 Itinerários de Maria: o passarinho e suas gaiolas

Se consultarmos o Google Maps, em frações de segundo temos o mapa com o percurso desde Tranqueras, no Uruguai, até Porto Alegre no Brasil. O Google ainda nos oferece três opções de rota: a primeira, desde a divisa Rivera–Santana do Livramento, que é a fronteira entre Uruguai e Brasil, seguindo pelas BR 293 e BR 158 até Rosário do Sul, tomando depois a BR 290, passando por São Gabriel e Butiá, perfaz 539 Km até Porto Alegre e o tempo estimado para o deslocamento é de 7h46min. A segunda opção é seguir pela BR 158 até Santa Maria e, então, pela BR 287, passando por Santa Cruz do Sul e chegando a Porto Alegre, somando 578 Km e levando um tempo estimado de 8h20min. A terceira rota passa pela BR 293 até Pelotas e, posteriormente, pela BR 116 até Porto Alegre, totalizando 636 Km e levando um tempo estimado de 9h09min. Para Maria, esse trajeto já leva 10 anos.

Tempo e distância adquirem dimensões totalmente diferentes, o que nos leva a desconstruir e problematizar categorias *a priori* tão claras e universais. Assim, tentaremos relativizar outros conceitos que somos tentados a aceitar como universais, tais como formalidade, identidade, imigrante. Essas categorias (assim como os dados do Google) mostram-se adequadas para análises de fora do grupo, que visem apenas delimitar, diferenciar e eventualmente servir como base para a definição de políticas públicas e, em última instância, para estigmatizar e discriminar. Pretendemos mostrar que elas perdem importância quando vistas do interior do grupo e, em última instância, ganham apenas a dimensão discriminatória, de estigma.

Acompanhando Bachelard (2013), entendemos que os “dados” são construídos com base em determinadas premissas teóricas e paradigmas preestabelecidos. É evidente a utilidade das informações oferecidas pelo Google Maps ou por um aparelho de GPS para nos referirmos a distâncias e trajetos com vistas a realizar uma viagem. Contudo, ao fazer referência aos deslocamentos das pessoas, em suas mais diversas trajetórias, essa escala mostra suas limitações.

3.2 Os itinerários vistos de perto e de lupa

Tranqueras é uma pequena cidade de pouco mais de cinco mil habitantes, localizada a aproximadamente 60 quilômetros de Rivera, que é a capital do Departamento (Estado) do mesmo nome no Uruguai. Essa pequena cidade não tem mais do que cinco quarteirões numa direção e seis na outra. A atividade econômica gira em torno da agricultura e da atividade florestal, basicamente de pinus e eucaliptos, e em menor grau da pecuária.

A profissão do pai de Maria é “alambrador”, ou seja, ele sabe fazer e consertar as cercas que dividem os poteiros e as propriedades. Além do conhecimento prático que a atividade demanda, há algumas normas legais a seguir, e os “práticos” conseguem viver, no interior do Uruguai e também do outro lado da fronteira no interior do Rio Grande do Sul, dessa profissão. O pai de Maria aprendeu, por sua vez, com seu pai a “alambrar campos”. Não existem em Tranqueras muitas opções para os jovens e existem menos ainda para as jovens. Elas têm algumas poucas oportunidades no comércio varejista, e as oportunidades de aplicar o conhecimento adquirido no ensino médio que é disponibilizado na cidade são remotas.

Com 14 anos, Maria já morava com um homem “bem maior do que ela”, segundo seu relato, e foram necessárias poucas semanas para entender sua nova realidade: estava confinada dentro de casa e não podia nem visitar as amigas. Viveu assim quase três anos até que finalmente conseguiu que seu “esposo” a devolvesse ao pai. Ela se sentia presa nesse período e não deu muita ênfase aos detalhes de sua vida até os 17 anos, quando, finalmente livre, foi morar com amigas em Rivera.

3.3 “Me sentia livre como um passarinho”

Essa foi a frase que provavelmente mais marcou seu relato e sobre a qual mais vezes voltei ao refletir sobre a experiência, já longe do “campo”: “Me sentia livre como um passarinho...”. Qual seria a gaiola na qual o “passarinho” estava preso antes dessa liberdade? Seria a cidade de Tranqueras, a vida a dois com aquele homem bem maior do que ela, ou a conjunção dessas duas experiências? Seria o Uruguai e, por esse motivo, havia ido para a fronteira?

Uma questão ficou clara em seu relato: a capital do Uruguai, Montevidéu, estava mais longe e era mais desconhecida para ela do que a fronteira com o Brasil e até mesmo Porto Alegre, o que nos leva a pensar sobre seus itinerários e a construção das identidades nacionais e de noções de lugar ou pertencimento na tentativa de relativizar sua universalidade e seu

poder de explicação no destino de uma pessoa que se desloca ou, o contrário, no deslocamento de uma pessoa em busca de seu destino.

Já em Rivera (situada no Uruguai e cidade gêmea de Livramento), Maria retomou os estudos secundários, que corresponderiam ao ensino médio no Brasil, e começou a trabalhar em diversas empresas em Santana do Livramento. Conforme seu relato, foram várias empresas, mas todas “do outro lado da fronteira”, ou seja, no Brasil. Uma pergunta que ficou sem resposta é o porquê da necessidade de trabalhar no Brasil quando trabalhar no Uruguai, em Rivera, apresentaria, em tese, menos inconvenientes. Esse momento é recordado em seu relato como o período mais feliz da sua vida, com amigos, planos, sonhos e um futuro repleto de possibilidades apresentando-se logo ali à sua frente.

Chegados a esse ponto, consideramos relevante explicitar a função da fronteira, nesse caso uma fronteira entre dois Estados-nação: Brasil e Uruguai. A tendência natural é entender a fronteira como a linha que separa, que divide, e geralmente esquecemos sua função unificadora: toda fronteira ao mesmo tempo separa e une, propicia o contato de dois lados diferentes. Mesmo que esse contato seja desestimulado ou ainda proibido, mostra que “do outro lado” existe algo diferente e, sendo diferente, leva a aceitar (ou não) o que temos em comum com os “do lado de cá”, que é diferente do que têm em comum os que estão “do lado de lá”.

3.4 A transição entre dois lugares (ou o que liga dois pontos no mapa): vendo-se com vida de imigrante

Voltando ao relato de Maria após essa breve digressão, ficamos sabendo que uma empresa de transportes de Santana do Livramento em que ela trabalhava estava abrindo uma filial em Porto Alegre e ofereceram-lhe trabalhar na nova filial. Maria não hesitou e aceitou na hora. Sentiu-se reconhecida e, no que interpretei como uma autocrítica velada, disse que foi essencialmente por ambição que aceitou. Viu a possibilidade de, em um ano, ter seu apartamento, comprar móveis e roupas bonitas, ter o estilo de vida que as mulheres independentes da “novela das oito”, na televisão brasileira, tinham.

Poucos meses trabalhando em Porto Alegre e a empresa fechou a filial. Maria ficou sem emprego e sem retaguarda. Ainda deslumbrada pelo brilho de Porto Alegre, não cogitou a possibilidade de voltar, confessou antes de fazer uma breve pausa no relato. Distribuiu panfletos nas sinaleiras e finalmente conseguiu emprego como doméstica em uma casa de

família. Quando começaram a atrasar e parcelar os valores devidos, questionou a patroa sobre tal situação e Maria lembra que, para sua pergunta sobre os atrasos constantes no pagamento, recebeu como resposta outra pergunta que encerrava uma ameaça velada: o que a Polícia Federal acharia de uma pessoa que trabalha ilegalmente no Brasil? Maria desistiu da reivindicação e não questionou o fato de que, na hipótese de estar trabalhando irregularmente no país, sua patroa, ao contratá-la, estava também em situação irregular.

Essa foi a primeira vez em que Maria se deparou com sua condição irregular no Brasil, sentiu falta dos documentos e entendeu que Uruguai não era Brasil. Ela já sabia disso, mas foi essa, de fato, a primeira vez que sentiu na pele, segundo suas palavras, sua condição de residente ilegal. Esse foi um período triste, durante o qual passou fome e já não podia pagar o aluguel do quarto na pensão. Foi nesse momento de vulnerabilidade que conheceu seu atual companheiro. Ficar grávida e mudar-se para a Vila Dique com ele foi o próximo passo.

Vila Dique: a nova gaiola, uma imigrante

Maria deu-se conta de que estava na mesma situação que já havia vivenciado em Tranqueras: seu companheiro disse-lhe, logo após nascer Axel, o primeiro filho, que não queria que trabalhasse fora e preferia que ela ficasse em casa. Logo depois nasceu Stefanie, e Maria quase não saía da vila. Seu universo ficava restrito aos limites desse lugar, que por ser conhecido passava-lhe alguma segurança. É curioso perceber, nesse momento, como dois sentimentos aparentemente antagônicos podem conviver: a vila sempre lhe causara medo e era, porém, o lugar onde se sentia segura.

Na única visita que recebeu de sua mãe quando morava na Vila Dique, numa noite de chuva na qual estava acordada, porque com a chuva animais podiam entrar na casa e o ataque às crianças era uma possibilidade que deixava Maria em pânico, sua mãe, chorando, questionou-a sobre como podia viver assim, pois lá em Tranqueras eram pobres, mas não passavam por uma situação dessas, nem moravam numa vila. As duas choraram abraçadas, e Maria pensa que não voltou à casa dos pais naquele momento apenas por orgulho.

A Vila Dique estava localizada exatamente na cabeceira da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Salgado Filho. Quando surgiu a necessidade de ampliar a pista, a remoção da vila foi decidida e enfrentou uma dura resistência por parte dos moradores. Maria não fazia parte do grupo que queria continuar morando na Vila e considerou maravilhosa a possibilidade do reassentamento, de ganhar uma casa nova, longe da vila e dos ratos. Foi

nessa ocasião, quando foram reassentados provisoriamente na Vila de Passagem, em Canoas, que conheci Maria e sua família.

Da Dique à Vila de Passagem: novos sonhos e novos voos

A Vila de Passagem tem pouco em comum com outras vilas que já conheci. Trata-se de um terreno cercado, com um portão e uma guarita na entrada onde um guarda dispõe do registro dos moradores numa planta com informações precisas. Passando o portão, há uma rua larga e reta de aproximadamente 50 metros com duas ruas laterais à esquerda. Essas ruas laterais levam a um campo em que vários cavalos descansam e, a seguir, há duas fileiras de casas que alojam os assentados até que as casas definitivas fiquem prontas. A função do guarda (e da cerca) é impedir invasões, pois quem mora na vila já tem casa definida, e a vila deve deixar de existir uma vez que todos os moradores sejam realocados em suas respectivas casas.

A primeira vez que visitamos a casa de Maria, junto com a psicóloga e outro pesquisador do CIBAI, tivemos alguma dificuldade para encontrar a vila. Perguntamos algumas vezes a moradores que passavam na rua e, quando finalmente percebemos que estávamos perto, ligamos para o seu celular. Dissemos que estávamos passando nesse momento em frente a uma fábrica com uns grandes galpões que provavelmente era conhecida no bairro, mas Maria não a conhecia. Após cinco quadras, localizamos a vila. Registrei em meu caderno de notas o fato de Maria não conhecer uma fábrica de médio para grande porte no seu bairro, ao passo que tinha acesso, pela televisão, a um mundo de lugares que sua conversa amena mostrou depois conhecer em detalhes.

Nessa oportunidade, Maria recebeu-nos sorridente. Tinha na época 26 anos e transparecia uma alegria sincera ao receber visitas. Sua conversação era agradável e jovial; mesmo fazendo oito anos que morava no Brasil, preferia falar espanhol. Embora o espanhol de Maria tenha (até hoje) um sotaque carregado da fronteira, é muito estruturado e correto, denotando que recebeu educação formal. Estava grávida de seis meses, mas, por se tratar de gêmeos, sua barriga já era enorme. Seus dois filhos, Axel e Stefanie, olhavam-nos da porta com curiosidade.

A casa era muito simples, mas estava bem-arrumada e a higiene era impecável. Ao entrarmos da rua, já nos encontramos no que seria a cozinha. À esquerda havia um armário, o fogão e logo depois a geladeira. À direita havia uma primeira porta que estava fechada e

depois descobri era o banheiro. Passando esse primeiro espaço ocupado com a cozinha nos deparamos com a sala, onde não havia mesa, apenas um sofá de dois e outro de três lugares dispostos formando um “L”. O sofá maior estava de costas para a cozinha e servia como separação dos dois ambientes (sala e cozinha). O sofá menor encontrava-se contra a parede à direita, e essa parede separava a sala do outro cômodo que fazia as vezes de quarto. Na sala, de frente para o sofá menor, havia um televisor de 14 polegadas e um antigo aparelho de som com rádio e toca-fitas. No fundo da sala, um ventilador girava estrondosamente e suas palhetas davam a impressão de que a qualquer momento sairiam voando, pois não tinha a grade de proteção frontal, parecia que já havia muito tempo.

A trajetória de Maria foi delineando-se nas várias visitas que lhe fizemos na Vila de Passagem. O relato em que mais informações do passado surgiram, no entanto, foi numa visita que fizemos após o parto e, naquela tarde, Angelina e Benjamin, os gêmeos que na época tinham dois meses e dormiam profundamente, foram testemunhas silenciosas. Lembrome de ter anotado no diário sobre aquela visita: “Maria logo nos convidou para nos sentarmos em um dos dois sofás que tem na peça que, ao mesmo tempo, é cozinha e sala. No outro sofá está Benjamin (ou será Angelina?) dormindo, enquanto o outro gêmeo dorme no carrinho de bebê que dividem nas saídas que eventualmente fazem à rua.

A porta da casa de Maria, assim como as dos vizinhos, está sempre aberta durante o dia. Os voos rasantes que fazem Axel e seus amigos, assim como Stefanie e suas amigas, entrando e saindo a uma velocidade que desafia as leis da física, desviando-se por centímetros do fogão, muitas vezes aceso, da geladeira, dos sofás e até do carrinho em que dorme o irmãozinho, parecem estar sob o controle de Maria, que acompanha tudo de relance. O volume da televisão é alto e mistura-se ao som do rádio de algum vizinho. As conversas e risadas das crianças que entram e saem, fazendo a maior algazarra, não parecem incomodar Maria e muito menos os gêmeos, que dormem desde que chegamos. Maria desculpa-se por não ter nada para oferecer-nos e, enquanto continuamos a conversar, olha ora para nós, ora para os bebês ou para as crianças que entram e saem.

3.5 A casa nova, os gêmeos e os documentos

Chegados a este ponto, quebraremos a ordem cronológica do relato para fazer referência a dois acontecimentos que consideramos importantes para mostrar como os documentos (ou sua falta) influenciaram a vida de Maria. O primeiro ocorreu entre 2010 e

2012, quando Maria, ainda sem conhecer o CIBAI, tentou pela primeira vez obter seu documento de residência legal no Brasil, o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), após morar quatro anos de maneira irregular. O segundo evento, já em 2013 (nos primeiros meses da pesquisa), ocorreu no momento de dar à luz a seus gêmeos.

Ao mudar-se para a Vila de Passagem, falando com a assistente social que acompanhava a remoção da Vila Dique, Maria ficou sabendo da possibilidade de registrar a nova casa em seu nome. Para isso, no entanto, precisava de documentos. O trâmite para obter o RNE é burocrático e oneroso, o que faz muitos imigrantes desistirem pelo caminho. Maria tinha iniciado o trâmite anos antes, mas desistiu. Cada vez que ela tinha de ir à Polícia Federal, em Porto Alegre, solicitava a companhia de alguém e, além do custo com os trâmites, há também o custo com os deslocamentos. O problema com as taxas é que devem ser pagas antes da apresentação dos formulários exigidos e, caso algo deva ser alterado, na melhor das hipóteses o pagamento, quando não é perdido, tem um tempo de validade até a nova apresentação, restringindo as possibilidades dos imigrantes.

Em sua última tentativa, precisando do RNE para registrar a casa em seu nome, Maria tinha ido três vezes em dois meses para entregar um protocolo e, assim, iniciar novamente o trâmite. Na primeira tentativa, foi informada de que o formulário para iniciar outra vez o trâmite estava disponível na internet e devia preenchê-lo, assiná-lo, pagar a taxa e, posteriormente, entregá-lo naquele guichê com dois agentes que, aparentemente, segundo o relato de Maria, não estavam muito ocupados. Quando perguntou se eles não poderiam acessar o formulário, informaram-lhe que havia uma *lan house* a poucos metros do prédio da Polícia Federal. Na segunda tentativa, devido a um erro no preenchimento do formulário, foi informada de que deveria voltar com o documento corretamente preenchido. Novamente pediu ajuda e a lacônica resposta que recebeu do impassível agente foi a seguinte: “Hoje não posso fazer nada por ti”. Foi nesse momento, então já se sentindo impotente, que Maria solicitou ajuda ao CIBAI.

O segundo evento aconteceu em 2013. Maria morava na vila havia quase três anos e um pouco adiante, na mesma rua, já se divisavam as casas que logo receberiam. O CIBAI estava ajudando-a a obter seu RNE, e Maria já estava na fase final da gravidez dos gêmeos Angelina e Benjamin. Numa visita que estávamos realizando com o grupo do CIBAI, Maria comentou-nos que havia dois dias estava com dores e a barriga ficava dura algumas vezes. Tinha ido à noite ao hospital da Ulbra, em Canoas, graças a que um vizinho que tem carro,

levou-a e não cobrou a gasolina. Estava preocupada, pois tinha ouvido de problemas com bebês no hospital da Ulbra e, se alguma coisa acontecesse à noite e o vizinho não tivesse gasolina, não teria como ir ao hospital. Perguntamos se não queria ir a outro hospital e nos disse que todo mundo falava muito bem do Fêmima. Concordamos em levá-la. Maria tomou banho rapidamente e arrumou uma mala, que me chamou a atenção porque era muito pequena, levando em consideração que se tratava de uma grávida que ia para o hospital ganhar gêmeos.

No caminho até o hospital paramos para fazer um lanche, pois Maria não tinha almoçado ainda, mesmo já passando das três da tarde. Uma vizinha havia ficado encarregada dos outros dois filhos e ia começar a fazer almoço para seus três filhos mais Axel e Stefanie pouco antes de sairmos. Era a mesma vizinha, que morava na casa ao lado, que fazia faxina para Maria desde que ela começou a ter dificuldade por causa da barriga e que a acompanhava quase sempre nas incursões a Porto Alegre, seja à Polícia Federal ou ao CIBAI. Enfim, no trajeto até o hospital e durante o lanche, Maria falava muito e dava para notar que estava ansiosa. Falamos de seus projetos, que pensava em procurar trabalho num hotel assim que os filhos tivessem cerca de seis meses e houvesse condições de deixá-los com a vizinha. Até lá seus documentos estariam prontos e teria carteira de trabalho. E antes disso, quem sabe, fazer um curso profissionalizante. Trabalhar e poder comprar roupas e brinquedos para as crianças. Era a primeira vez que falava sobre o futuro, e nesse futuro o documento tinha uma função importante. Tive a impressão (ela não disse nada ao respeito) de que todos esses sonhos estiveram sempre presentes, em estado letárgico, e de que a chegada dos filhos poderia ter subitamente acordado essa necessidade de consumo latente.

Chegamos ao Hospital Fêmima, e a atendente perguntou pelo documento de identidade, ou melhor, pela falta dele. Maria apresentou a identidade uruguaia, o CPF e uma certidão de nascimento recentemente traduzida para iniciar o trâmite de residência. A funcionária do hospital estava realmente confusa e não sabia exatamente como proceder, mesmo aparentando experiência no cargo. Os funcionários públicos não estão, em geral, capacitados para atender às demandas dos imigrantes, mesmo quando apresentam protocolos de documentos que estão em trâmite. Nesse momento, foi impossível não comparar a situação de Maria com a da minha esposa quando chegamos ao hospital para dar à luz nossas filhas. Nas duas oportunidades, foram momentos de uma ansiedade feliz ou de uma felicidade ansiosa. Estávamos sorridentes, e a atendente também; ela recebeu a identidade de minha

esposa e a carteirinha do plano de saúde e, pronto, por um passe de mágica minha esposa já estava na sala recebendo os preparativos para esse momento único que é dar à luz.

Ainda tenho gravada em minha memória a imagem de Maria segurando numa mão os documentos de que dispunha e com a outra amparando sua barriga, negociando com a atendente o direito de os gêmeos chegarem ao mundo no hospital. Tudo deu certo e, após alguns dias, nasceram Benjamin e Angelina. O médico autorizou Maria a ficar já naquele dia internada mesmo sem ter ainda iniciado o “trabalho de parto”, pois ela lhe explicou a situação em sua casa e conseguiu sensibilizar o médico.

Um documento que é relativamente fácil de obter é o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Ignoro se essa facilidade está relacionada ao fato de o documento não gerar direitos e servir apenas para fins fiscais e tributários. Mas de fato, quando Maria teve em suas mãos o CPF, seu primeiro documento brasileiro, sonhos de consumo acordaram rapidamente: ter cartão de crédito e, assim, comprar roupas para as crianças, móveis para a casa nova... Um mundo de possibilidades que estavam adormecidas e que a posse de um pedaço de plástico de poucos centímetros de comprimento, tão diminuto que entra numa carteira, conseguiu trazer novamente ao plano consciente.

4. ESTRANGEIRO EM SUA TERRA: AS IDAS E VOLTAS DE UM MIGRANTE

Uma estrada é deserta por dois motivos: por abandono ou por desprezo. Esta que eu ando nela agora é por abandono. Chega que os espinheiros a estão abafando pelas margens. Esta estrada melhora muito de eu ir sozinho nela. Eu ando por aqui desde pequeno. E sinto que ela bota sentido em mim. Eu acho que ela manja que eu fui para a escola e estou voltando agora para revê-la. Ela não tem indiferença pelo meu passado. Eu sinto mesmo que ela me reconhece agora, tantos anos depois. Eu sinto que ela melhora de eu ir sozinho sobre seu corpo. De minha parte eu achei ela bem acabadinha. Sobre suas pedras agora raramente um cavalo passeia. E quando vem um, ela o segura com carinho. Eu sinto mesmo hoje que a estrada é carente de pessoas e de bichos. Emas passavam sempre por ela esvoaçantes. Bando de caititus a atravessavam para ver o rio do outro lado. Eu estou imaginando que a estrada pensa que eu também sou como ela: uma coisa bem esquecida. Pode ser. Nem cachorro passa mais por nós. Mas eu ensino para ela como se deve comportar na solidão. Eu falo: deixe, deixe meu amor, tudo vai acabar. Numa boa: a gente vai desaparecendo igual quando Carlitos ia

desaparecendo no fim de uma estrada...

Deixe, deixe, meu amor.

Manoel de Barros, Caso de Amor

Ao contrário de Maria, Pedro sentiu-se imigrante ao voltar ao seu país natal, que havia deixado ainda criança de colo e ao qual voltou já adulto na tentativa de regularizar seus documentos. Aquilo que é descrito por demógrafos como uma imigração pendular guarda a complexidade de quem, além de percorrer um caminho de volta, dá-se conta de onde e quando se vê como um imigrante. Assim, aprendo que não é tão óbvio quantificar imigrantes, pois muitos podem revelar situações inusitadas, ver-se como imigrantes na pátria em que nasceram e que dela desconhecem os códigos locais.

4.1 Pedro: a vida na Zona Sul de Porto Alegre

A zona Sul de Porto Alegre preserva ainda extensas áreas que nos dão a impressão de estarmos no interior. As ruas e as calçadas próprias do contexto urbano são substituídas por estradas que, na maioria dos casos, têm um pequeno acostamento. Ao longo da maior parte dessas estradas, é possível ver pequenas propriedades rurais, sítios e chácaras onde cavalos e vacas dividem o espaço com alguma horta e pequenas plantações, entre as quais meu olho cidadão reconhece apenas as de milho. Alguns comércios ao longo dessas estradas reforçam a imagem interiorana ao lembrar os bolichos do interior; galpões nos quais é possível encontrar desde produtos típicos dos mercados urbanos até ferramentas e insumos próprios da lida na roça. Cada vez é mais comum ver condomínios residenciais que visam usufruir “a calma e a paz” que são próprias do campo a poucos quilômetros do centro urbano.

O mercado imobiliário tem investido agressivamente nos últimos anos nesse segmento que representa a última fronteira para o crescimento da cidade. As zonas Norte e Leste de Porto Alegre já não têm grandes possibilidades de expansão, e os empreendimentos imobiliários apresentam opções de moradia nos municípios vizinhos, como Alvorada e Viamão. Todo esse crescimento trouxe, para a Zona Sul, mudanças que estão acontecendo de uma maneira mais ou menos acelerada. Mesmo antes da irrupção dos condomínios fechados de classe média e alta, era possível identificar loteamentos com casas populares que nem sempre estavam regularizados. O aumento do valor dos imóveis em regiões mais centrais está

deslocando trabalhadores e famílias de baixa renda para regiões mais afastadas e, entre elas, a Zona Sul de Porto Alegre. A paisagem típica de qualquer estrada da Zona Sul oferece, hoje, chácaras, condomínios e loteamentos alternando-se aleatoriamente – e era por uma dessas estradas que estava rodando para visitar Pedro pela primeira vez.

As orientações que tinha recebido previamente por telefone levaram-me sem problemas até a frente do armazém de fachada azul na Avenida Juca Batista, que era minha referência. No sentido centro-bairro, à direita, antes do referido armazém, existe uma ruazinha estreita, sem asfalto, que dá entrada ao loteamento. Com o simples ato de converter à direita, saindo da estrada para entrar na rua de acesso à vila, mudei de um mundo para outro, de um espaço basicamente rural para um espaço típico de comunidade de periferia, tipicamente urbano, como conheço outros em Porto Alegre. Da avenida é possível divisar o que parece um loteamento pequeno, alguns comércios e algumas residências com frente para a Juca Batista. Na rua lateral, após rodar poucos metros, as ruas serpenteiam, cruzam-se, alargam-se e estreitam-se, sendo governadas pela lógica própria do loteamento.

Não há saneamento básico; crianças brincam agitadamente nas ruas; os cachorros latem para o carro; alguns cavalos amarrados à sombra procuram tenazmente capim. Os carros, em sua maioria, estão estacionados nas ruas; o espaço, que já é estreito, torna-se um desafio de habilidade para, desviando daqui e dali, ir avançando. Parei no meio da rua, olhei mais uma vez o mapa improvisado que me fora dado e fui obrigado a reconhecer que, em poucos minutos, tinha conseguido me perder. Liguei para o celular de Pedro, disse-lhe onde estava e ele me orientou com precisão para, seguindo as referências que me passava, após entrar em várias ruas, cada vez mais estreitas, chegar à frente de sua casa. Na hora, parecia que Pedro estava ao meu lado no carro, vendo o que eu via, tamanha era a precisão dos detalhes ao longo do caminho até finalmente chegar ao destino.

A casa é um contêiner de vinte pés. Olhando de frente, dividindo-o imaginariamente em três partes, a porta estaria localizada à direita no primeiro terço, havendo uma janela quadrada, pequena, a cada lado da porta. Posteriormente pesquisei as dimensões do contêiner e descobri que correspondem a 6,058m de comprimento, 2,438m de largura e 2,591m de altura. O terreno na frente da casa é irregular; um pitbull com cara de poucos amigos olhava tudo da porta de sua casinha improvisada.

Pedro aguardava-me apoiando levemente o braço direito na porta de sua casa e com uma muleta na mão esquerda. É um jovem que aparenta vinte e poucos anos, magro, de

aproximadamente 1,70m. Já me haviam informado que ele era argentino e identifiquei a pele cabocla comum do norte da Argentina. Um sorriso amplo, ao mesmo tempo tímido e afável, antecipou o que depois confirmei: Pedro era um jovem amável, de fala mansa e pausada, que gostava de conversar e de ouvir. Na oportunidade, o CIBAI solicitara-me que procurasse uma assinatura dele para iniciar um trâmite que na época eu desconhecia qual era. Pedro tinha sofrido um grave acidente de trânsito havia cinco meses, e isso era tudo o que eu sabia no momento dessa primeira visita em janeiro de 2013.

4.2 Em casa

Havia chovido muito na noite anterior; tanto o carro quanto os meus tênis estavam com bastante barro. Cumprimentamo-nos, e ele me apresentou sua esposa, que nesse momento apareceu na porta e, de longe, apresentou-me seu filho, uma criança de três ou quatro anos que timidamente se escondia atrás da mãe. A esposa de Pedro é uma moça mais nova do que ele e aparenta ter uns 20 anos no máximo. Cumprimentou-me timidamente e, na hora e pouco que estive em sua casa, apenas a vi passando silenciosamente. A impressão que tive, naquele momento, era de que ela caminhava com o maior cuidado para não fazer algum barulho, como se estivesse tentando flutuar no ar para não ser percebida.

A casa, que de fora parecia pequena, vista de dentro aparecia menor ainda. Porém, na simplicidade da mobília, nos enfeites e na limpeza, percebia-se um esmero em aproveitar ao máximo os espaços. O contêiner, que visto de fora era apenas um prisma de metal, abrigava em seu interior, sem dúvida, um lar. Já dentro da casa, ofereceram-me uma cadeira, enquanto Pedro sentou-se num sofá de dois lugares que estava próximo. Nesses primeiros instantes consegui observar com um pouco mais de detalhes a disposição da casa. Entrando, à esquerda da porta, está a geladeira; um metro depois está a cama de casal; na sequência o berço do filho e, contra a parede dos fundos, um guarda-roupas. No que é a parede oposta à da porta, que é a mais longa, há um armarinho aos pés da cama que apoia um televisor, logo depois um sofá de dois lugares (onde está sentado Pedro) e uma pequena mesa redonda com quatro cadeiras, uma das quais eu estou usando. Após a mesa, vê-se uma cortina de pano, de parede a parede, que separa o que, imagino, seja o banheiro. Outra cortina, agora aberta, separa o local das camas.

4.3 Sobre as pessoas e seus corpos

Após um breve diálogo sobre assuntos mais gerais, perguntei o que ele estava aguardando: “Como estás?”. Fiquei com a impressão de que a pergunta era irrelevante; poderia ter perguntado qualquer outra coisa, pois ele apenas estava aguardando a oportunidade de contar, mais uma vez, sua história.

O que segue é um trecho do diário de campo da primeira visita, realizada em 21/01/2013, em que resgato o depoimento do Pedro:

“Estava, como todos os dias, aguardando o ônibus na parada para voltar para casa após o trabalho quando ouvi um ruído de pneus cantando. Ao me virar, vi a camionete do gás vindo para cima de mim e só lembro o estrondo quando me bateu; não tive tempo de sair da frente, só lembro o ruído do golpe”.

Naquele momento, a esposa de Pedro discretamente trouxe uma cadeira para participar da conversa. Senti que ela tinha uma parte importante, narrando os trechos que Pedro, por motivos evidentes, não conhecia. Foi só quando ela começou a falar que percebi seu forte sotaque “castelhano”, com algumas palavras em espanhol. Foi nesse momento que me dei conta de que Pedro, que era argentino, conforme me haviam informado, não tinha sotaque e o português parecia ser sua língua materna. Fiquei curioso e anotei mentalmente para perguntar no momento oportuno.

A esposa de Pedro assumiu o relato e contou, olhando para o chão durante a maior parte do tempo, que foi o patrão do Pedro que lhe avisou que seu esposo havia sofrido um acidente e estava no Hospital de Pronto-Socorro (HPS). Pedro e sua esposa moram nos fundos da casa do seu patrão, e foi ele, o patrão, que arranjou o contêiner para eles. Deixou seu filho com a esposa do patrão de Pedro e foram para o HPS.

“Quando chegamos lá (no HPS), estava uma confusão”, disse a esposa de Pedro. “Gente correndo, todos falando e eu não sabia nem onde eu estava... quando achamos alguém para pedir informações, Seu José (o patrão do Pedro) perguntou onde ele estava, como estava... Disse como ele era e que tinha sido atropelado na Zona Sul. A moça da recepção achou as informações rapidamente e pediu os dados, pois não tinham achado documentos com ele e não sabiam quem ele era”. Continuou seu relato já ganhando confiança:

“Quando me pediram os documentos dele, eu expliquei à moça que ele não tinha, e ela me perguntou: ‘Perdeu os documentos?’. E eu disse: ‘Não, não tem!’. E ela: ‘Como assim, não tem?’. E eu respondi de novo: ‘Não tem...’ e olhava para o patrão do meu marido para ele

me ajudar a explicar, porque a moça não estava entendendo. Então o patrão de Pedro explicou que ele era argentino e não tinha documentos. Mas a moça ainda não entendia. Ela perguntou: ‘Então é turista?’. E eu respondi: ‘Não, ele mora aqui!’”

Ao que parece, a moça desistiu de entender e informou-lhes que Pedro tinha passado por uma cirurgia e provavelmente precisaria de outras, que estava em coma e que aguardassem para falar com o médico.

Nesse ponto, Pedro retomou a narrativa, falou dos mais de trinta dias que ficou em coma, de quantos ossos quebrou com o impacto, dos problemas de locomoção e das sequelas permanentes que o acidente deixaria segundo os médicos do HPS. Ao procurarem a empresa distribuidora de gás, que era proprietária da camionete que atropelou Pedro, esta, provavelmente na intenção de evitar uma demanda judicial, aceitou auxiliar com 500 reais e um botijão de gás por mês. O patrão do Pedro auxiliava com um rancho e sua esposa cuidava do filho deles enquanto a esposa de Pedro teve de permanecer com ele no hospital. Ao entender que precisaria dos documentos para exigir o seguro DPVAT, ao qual têm direito todas as pessoas que sofrem acidentes de trânsito, não sabiam, num primeiro momento, por onde começar.

Com Pedro ainda no hospital, em coma, sua esposa começou a procurar ajuda. Alguém lhe comentou sobre o CIBAI e o serviço prestado a imigrantes. Após algumas visitas da equipe e da assistente social, lá estava eu, na frente daquele quase menino que provavelmente, pelo que falavam, não conseguiria voltar a trabalhar para ganhar seu sustento. Três pessoas, das quais duas adultas (Pedro e sua esposa), sem documentos de residência no Brasil, e uma criança tão pequena que estava à margem dos problemas que seu(s) pai(s) estava(m) enfrentando e cujo impasse teria de ser resolvido rapidamente. Para isso, seria necessário sair do anonimato em que se encontravam até aquele momento. Nessas condições, seria difícil continuar adiando a obtenção dos documentos. Seu mundo teria de mudar.

4.4 Documentar a existência de corpos em movimento

Voltando ao meu relato, comecei a entender a situação com maior profundidade e o motivo da minha visita. Eu levava alguns documentos para Pedro assinar, o que representava o início de outra batalha. A anterior havia sido por sua vida, no hospital, e as marcas eram

visíveis no corpo. Esta seria contra o Estado e a burocracia e, embora não deixasse marcas visíveis no corpo, seria tão dura quanto a anterior.

Nas oportunidades em que o acompanhei às diferentes repartições para efetuar trâmites, nos deparamos com os problemas da mobilidade urbana, que é um assunto que abordaremos apenas tangencialmente agora. A cadeira de rodas que Pedro passou a usar assim que saiu do hospital era bastante precária e deslocar-se nela era uma dificuldade não apenas em sua comunidade, nas ruas esburacadas de chão batido. Em algumas calçadas de Porto Alegre, assim como em algumas repartições públicas, a circulação é impossível. Ingresso em prédios públicos sem acessibilidade para cadeirantes, ausência de vagas para estacionar próximo às entradas, estacionamentos nos quais não é possível transitar com cadeira de rodas. Quando conseguimos em Cáritas uma cadeira nova, os deslocamentos tornaram-se um pouco mais fáceis.

As oportunidades que compartilhamos nos meses que se seguiram, resolvendo trâmites dos mais diversos, os quais eram necessários para obter seus documentos e assim reivindicar o valor do seguro DPVAT, serviram para Pedro ir recontando sua trajetória. Retiro alguns trechos dos diários de campo desse período, de janeiro a maio de 2013:

“Nasci na Argentina e vim para o Brasil com dois anos. Éramos meus pais e eu. Dos primeiros anos não lembro muita coisa realmente... Só lembro que meus pais estavam juntos ainda. No colégio, fui até o terceiro ano e depois larguei. Não lembro qual era o bairro em que morávamos, mas era que nem aqui, tinha terra batida e eu jogava bola com as crianças.”

Nesse ponto do relato, perguntei como haviam passado pela fronteira, levando em consideração que não tinha identidade, nem argentina nem brasileira. Ele respondeu que o pai apresentou a certidão de nascimento para cruzar. A resposta foi rápida, já tinha respondido essa pergunta antes, e o fato de ter cruzado a fronteira com a certidão de nascimento era um acontecimento inquestionável, uma verdade, um fato do passado que precisava apenas ser lembrado sempre que necessário. Ao repassar esse relato para o diário de campo, questionei aspectos que no momento aceitei sem maiores problemas: certidão de nascimento não é documento válido para controles migratórios nos passos de fronteira. É necessário um passaporte ou, no caso dos países do Mercosul, o documento de identidade, com foto, emitido pelos órgãos oficiais de cada país, não sendo válidas, por exemplo, carteiras funcionais ou qualquer outro documento. Os agentes que controlam o fluxo de pessoas nas fronteiras não teriam como aceitar uma certidão de nascimento como documento válido.

Uma dúvida invadiu-me diante dessa constatação: deveria ir atrás da “verdade” e tentar saber como de fato cruzou a fronteira, ou aceitar a versão que meu interlocutor apresentava? Evidentemente ele não estava mentindo, essa era a *sua* verdade. Havia sido contada para ele e, de tanto repeti-la, tornou-se a resposta natural.

Não há nesse ponto diferença com as tradições e histórias que constituem, por exemplo, a “cultura nacional”, uma história oficial que sorrateiramente vai ocupando o espaço dos acontecimentos vividos até substituí-los completamente. Assim, a Argentina teria sua história, seus heróis, seu jeito de fazer as coisas, enquanto o Brasil teria os seus. Seriam diferentes e compartilhar essas duas narrativas, simultaneamente, seria um dos paradoxos com que se depara a transgressão da migração.

Eis o risco das pessoas que, atravessando as fronteiras físicas, esvaem as narrativas oficiais, criadas ao longo do tempo no sistema educativo, na religião e na tradição (seja lá o que, em verdade, essa palavra signifique), nas leis, no modo de arrecadar impostos e redistribuir a renda. Por esse motivo, acompanhando Abdelmalek Sayad (1998), entendemos que o emigrante/imigrante, devido à migração, torna-se um “traidor” em seu país de origem e um problema ou um risco para o país de destino. Renega um sistema no qual foi “educado”, que esperava dele uma forma de agir “normal”, um sistema que lhe reservava um lugar e uma função. Ao mesmo tempo, submerge-se no novo, um lugar para ele sem passado, um lugar que deve ser conquistado aprendendo as ferramentas que o próprio lugar oferece e adaptando as trazidas do seu passado. Nesse ato, torna-se um risco que questiona o *status quo*, o já estabelecido.

O que significa portar a certidão de nascimento? Significa que, na Argentina, Pedro tinha como único registro de sua existência esse documento. No Brasil, apenas os registros, provavelmente arquivados na Secretaria de Educação, comprovariam os anos cursados no ensino fundamental e algo de sua vida escolar registraria sua presença. Só. Uma pessoa com tanta coisa para contar, tanta história e tanta vida vivida. Se qualquer agente do Estado pretendesse extrair algum histórico sobre Pedro, não teria mais do que três linhas numa folha A4.

4.5 Voltando ao relato de Pedro: como viver sem papéis

“Depois de sair da escola, tinha uns 12 anos, comecei a trabalhar, ajudava meu pai, que era pedreiro... Depois nos desentendemos e saí de casa... Encontrei com ele novamente

por causa do meu acidente e só foi pra me ferrar... de novo. Ele foi na distribuidora de gás do caminhão que me atropelou e negociou pra eles me passarem uma grana... só que ele ficava com a grana, e minha família passando necessidade... Legal, né? Na real estou sozinho no mundo desde sempre, pela minha conta, tive que me virar.”

“Trabalhei com um monte de caras como pedreiro e era tranquilo. O único problema era que alguns não queriam pagar, ou queriam pagar menos... era tudo acertado de palavra... ali tínhamos que chegar a um entendimento. Eu não podia ficar sem a grana do trabalho. Levantar paredes não é difícil. Difícil, às vezes, é receber.”

“Nas vilas sempre tem gente construindo alguma coisa e trabalho não falta. Nem precisa sair do bairro. Raramente ia pro centro. Às vezes pegava um ônibus e ia pro centro. Descia no terminal e caminhava um pouco. Fazia isso principalmente aos finais de semana e às vezes comprava alguma coisa... Sempre tinha um dinheirinho no bolso.”

“Depois conheci Seu José, ele trabalhava com construção e todos os trabalhos são aqui na Zona Sul, nas vilas e nos sítios aqui na volta. É bastante conhecido e sempre tem trabalho. Ele paga direitinho e faz tempo que trabalho com ele. O trabalho é pesado, mas dou conta. Às vezes vamos a acampar em Itapuã no verão e é muito legal. Pescamos, fazemos churrasco e tomamos uma cerveja. Dependendo, se o trabalho está mais fraco, aproveitamos e vamos acampar. O contêiner foi ele que arranjou e onde moro, na verdade, é o terreno dele. Ele me ajudou muito... e eu ajudo ele no trabalho. Não falto nunca e trabalho direitinho.”

“Quando fiz 18 anos, comecei a pensar em fazer os papéis, sabes? Tem coisas que dá pra fazer sem os papéis, que os papéis até te atrapalham. Mas têm outras que sem os papéis não podes fazer. Queria comprar um carrinho, mas não podia. Sei de gente aqui no bairro que comprou assim, de palavra, e nem tem carteira de motorista e anda aqui na volta... Mas de um vizinho nosso recolheram o carro dele e foi só prejuízo. Dançou.”

“O barraco em que morava era alugado, bem pequeno, não tinha muita coisa... estava sozinho. Então peguei minhas coisas, minha certidão de nascimento e me mandei pra Argentina pra fazer meus papéis. Já tinham me falado que lá podia fazer.”

Questionei como tinha passado a fronteira sem identidade. Pedro pensou, sorriu e respondeu: “Passei...”.

4.6 Como documentar a existência de um corpo perante o Estado?

Este relato faz parte de outro momento, documentado em meu diário de campo, em que acompanhei Pedro em uma das suas incontáveis peregrinações por diferentes órgãos públicos:

“Pronto, chegamos à repartição do Exército que nos haviam indicado para obter a dispensa de serviço militar de Pedro, mais um trâmite na saga da conquista do documento brasileiro. Era verão e o sol de quase meio-dia caía a pino. Porto Alegre, com seu clima úmido e quente, acaba com a minha disposição. Escolhemos um lugar próximo à entrada e parei em fila dupla. Liguei o pisca-alerta e os carros passam com dificuldade no espaço reduzido que deixei na pista de rodagem. Retiro a cadeira de rodas do porta malas, ainda bem que era a cadeira nova, muito mais fácil de manusear, e abro a porta do carona para Pedro descer do carro com bastante dificuldade.

Precisava andar um metro até a cadeira, pois a calçada irregular e os carros estacionados impediam uma aproximação maior. Pronto! Pedro está na cadeira e o levamos, junto com a assistente social que nos acompanhava, à sombra de uma árvore até eu achar um lugar e poder estacionar. Finalmente achei lugar no outro quarteirão. Estacionei e voltei apressado, estava muito quente e, nessa altura, eu estava totalmente suado. Chegamos, enfim, não sem antes enfrentar alguns desafios geográficos, até o atendente que distribuía as fichas para atendimento.

– Pois não? – perguntou secamente, o que, imagino eu, deva ser o papel do militar.

– Viemos para encaminhar a solicitação de dispensa do rapaz aqui – disse a assistente social. O soldado aproximou-se da janela e, olhando a cadeira, de cima para baixo, perguntou secamente:

– É pra ele?

– Sim. – respondeu a assistente. Na hora, perguntei a mim mesmo qual seria a diferença, para entregar a ficha, se o solicitante fosse Pedro, eu ou qualquer outra pessoa, mas, enfim, acho que eu estava irritado pelo calor.

Ficha em mãos, tentamos encontrar o lugar que menos incomodasse com a cadeira de rodas, pois, mesmo contando com cadeiras na sala de espera, não havia lugar para movimentar-se com uma cadeira de rodas. Olhando para Pedro, perguntei-me como estaria se

sentindo, além de estar numa situação de dor, de limitação física que, para ele, era nova. Com a cadeira de rodas, tinha uma visibilidade que contrastava com a invisibilidade que era a característica mais notória de sua vida pregressa. Seria interessante perguntar, enriqueceria minha pesquisa, mas não perguntei. Por respeito a esse menino que estava lutando para sair daquela situação complicada e pelo qual eu tinha a maior simpatia. Com certeza, não faria nada que, do meu ponto de vista, fosse piorar sua situação já complicada.

Finalmente chamaram o número do Pedro e, ao nos aproximarmos da mesa, o atendente perguntou rispidamente:

– Pois não?

– Estamos aqui para iniciar o trâmite de dispensa do serviço militar para o rapaz – disse nossa assistente social entregando a documentação previamente coletada, entre as quais o atestado médico que certificava que, em função das múltiplas cirurgias e dos problemas crônicos decorrentes do acidente, o acima citado (Pedro) não tinha condições físicas de servir.

O atendente passou um olhar que pretendia mostrar competência para escutar aqueles documentos e deteve-se demoradamente no atestado médico. Após uns instantes, perguntou olhando fixamente para Pedro:

– Você não pode servir mesmo?

Pedro ficou menor ainda em sua cadeira, olhou para a assistente, para mim, e respondeu timidamente:

– Não.

O atendente começou a preencher um formulário que Pedro assinou depois, atualizou algumas informações no computador e, com um tom mais afável, afirmou que havia muitos “espertinhos” querendo fugir à responsabilidade. Não falava para ninguém em particular, mas olhava, de tempos em tempos, para Pedro tentando encontrar, imagino eu, a prova, o gesto que desmascarasse a farsa. Era seu papel. O meu não passava por aceitar aquela estratégia impessoal de conciliar os dados de uns poucos papéis com uma vida, uma pessoa que estava ali na sua frente e da qual o futuro dependia de um formulário e uma assinatura. O agente do Estado tinha de preencher e encaminhar, junto com outros tantos, papéis que refletiam realidades tão diferentes. Infinitude de vidas únicas, diferentes, encaixadas em folhas de papel com formulários padronizados.

Os relatos de Pedro não apresentavam uma temporalidade definida. Um dia, quando íamos apresentar os documentos para reivindicar o seguro DPVAT, começamos a falar sobre a Argentina. Eu dirigia e fazia anotações mentalmente que depois iriam para o meu caderno de campo e o gravador. Considero importante, neste momento, respeitar tanto quanto possível a sequência da história como me foi passada.

4.7 De documentos e estranhamentos

“Ao entrar na Argentina, é incrível como as coisas são diferentes. Eu sou argentino e não conhecia a Argentina! É legal, legal, mas diferente... É engraçado, fazia muito tempo que não pensava no fato de ser argentino, vivi toda a minha vida no Rio Grande do Sul, seria mais fácil fazer meus documentos lá e pronto! Tu não ficas pensando no trabalho: eu sou argentino, ele é brasileiro. Mesmo não tendo documentos, lá em Porto Alegre, quando tinha que explicar, na maioria das vezes nem falava que era argentino, simplesmente falava que não tinha documentos. Se tinha que explicar mais, então falava que tinha nascido na Argentina. Antes de ir pra Argentina, pedi ao meu pai umas dicas pra chegar à cidade, se tinha algum parente pra ficar na casa deles por uns dias e essas coisas. Eu não conhecia nada de lá, e aqui falavam que eu era argentino, então tinha que tirar os papéis lá.”

“Durante primeiros dias eu estava perdido, não conhecia nada. Achei que ia entender o espanhol, pois em casa, quando era criança, falavam espanhol, mas os caras falam muito rápido! Fui iniciar os trâmites para tirar a identidade e foi bem complicado. Queriam saber por que não tinha feito antes, onde morava, o que fazia. Eu falei pra eles, mas não tinha como comprovar e ficaram bem desconfiados... Pra piorar eu falando todo enrolado!”

“Arranjei um bico numa olaria que tinha perto da casa de um tio, na qual estava morando. Ali comecei a gostar um pouco mais de lá e, como moravam num barraco bem pequeno e estavam cheios de problemas, me mudei pra uma pensão. Cada vez que ia adiantar a papelada do meu documento, sempre faltava uma coisa. Eu já estava me acostumando lá, até começava a ter uns conhecidos, mas os caras dos papéis sempre me olhavam com desconfiança e sempre implicavam. Sempre faltava alguma coisa! Uma vez me disseram que o endereço não podia ser da pensão. Perguntei aos meus parentes se poderia dar o endereço deles, mas não tinham como comprovar, pois o barraco não era bem deles... Meu tio me perguntou se eles teriam que ser responsáveis por mim se dava o endereço... e eu não sabia... Achava que não...”

“Chegou uma hora em que deixei de ir ver se minha identidade tinha saído. Deixei pra depois. Já estava morando com minha mulher, que era a filha do dono da olaria em que trabalhava. Ela gostava de ouvir as histórias do Brasil, de Porto Alegre, e eu contava como morava lá e um dia decidimos que íamos tentar lá. Em Porto Alegre eu estava em casa, conhecia tudo e com certeza arranjaría emprego bem mais fácil.”

“Voltei pro Brasil, agora com minha mulher. No final das contas não fiz meus papéis lá, ficou pra outra vez, quem sabe quando fôssemos visitar meus sogros... A ideia era fazer a identidade dela no Brasil assim que chegássemos, mas afinal não fizemos (risos).”

“Comecei a trabalhar de novo com Seu José. Foi ele que arranjou o contêiner. As coisas estavam melhorando, nasceu nosso filho e estava tudo certo até o acidente...”

4.8 Finalmente os documentos

Eu não participei do momento da entrega da documentação a Pedro. Fiquei sabendo pelo relato do Pe. João Marcos, do CIBAI. Quando Pedro recebeu seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e sua Carteira de Trabalho, ficou olhando demoradamente, em silêncio, sentado em sua cadeira de rodas, e por fim disse: “Agora que tenho documentos, carteira de trabalho, não consigo trabalhar”.

Sem o suporte do CIBAI, seria altamente improvável Pedro conseguir seus documentos e reivindicar, assim, o seguro e eventualmente uma pensão por invalidez, que será o próximo passo. O trâmite é oneroso, burocrático e repleto de entraves. Daniel Etcheverry (2007) relata de forma muito clara as dificuldades de “ir atrás do documento”.

O ritual de passagem de Pedro, de “invisível” para “visível”, foi um processo mais do que um acontecimento passível de ser definido e classificado por uma data. Sua invisibilidade foi, num gradiente, esvanecendo-se até tornar-se visibilidade. Contudo, essa visibilidade ainda resiste à fixidez de apenas uma interpretação, pois podemos vê-la como visibilidade mais ou menos evidente que lhe conferem sua cadeira de rodas e seus deslocamentos por áreas da cidade antes dificilmente frequentadas. Outra dimensão concreta é a visibilidade perante o Estado. Desde o momento em que teve início o trâmite para obter sua identidade, o Estado passou a conhecê-lo e com ele foi preciso negociar.

A primeira conquista para Pedro, como para todo imigrante que procura sua residência permanente no Brasil, foi a obtenção do RNE provisório. No momento de apresentar toda a documentação exigida e o comprovante de pagamento das taxas na Polícia Federal, a parte

superior de um dos formulários, impresso em folha A4, é cortada, com uma régua, pelo funcionário que faz a entrega ao futuro residente legal. Esse pequeno pedaço de papel, de aproximadamente 21x5cm, que contém o nome do imigrante, uma foto carnê atravessada por um carimbo da Polícia Federal e a correspondente assinatura do responsável de turno, além de alguns dizeres sobre tratar-se de um documento oficial, será o documento que o imigrante terá para apresentar-se como residente legal até receber em definitivo seu RNE. São duas dimensões de sua visibilidade que se complementam, mas não necessariamente se inter-relacionam. Para o RNE, pouco importa se Pedro anda de cadeira de rodas, visto que, para andar em cadeira de rodas, não se precisa de RNE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, nas visitas realizadas nas comunidades em que moram, que a dificuldade enfrentada pelos imigrantes por não possuir documento legal de residência é análoga àquela que seus vizinhos, cidadãos brasileiros, enfrentam. E perguntamos: será que a marginalidade à qual estão relegados deve-se ao fato de serem apenas imigrantes indocumentados? Por que seus vizinhos brasileiros parecem partilhar dificuldades análogas se têm documentos que lhes permitiriam, enfim, procurar emprego formal, de “carteira assinada”? O que de fato muda em suas vidas após a obtenção do documento de residência?

Gilberto Velho fala-nos do risco metodológico de isolar um grupo, por motivos de estratégia de pesquisa, e passar a encará-lo como uma unidade independente. Para não cairmos na armadilha de impor nossas classificações a grupos que em certos contextos podem parecer semelhantes para diferir em outros, é importante verificar junto aos próprios “nativos” como percebem os domínios do universo investigado, onde está a continuidade e a descontinuidade (VELHO, 1997, p. 17). Isso não restringe o pesquisador apenas às “categorias nativas”, embora demande levá-las em conta.

A obtenção do documento altera o campo de possibilidades e os projetos individuais ganham novas dimensões. Devemos considerar, no entanto, que o campo de possibilidades está circunscrito histórica e culturalmente. Em qualquer cultura, há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes (VELHO, 1997, p. 29).

As trajetórias descritas mostram que, nos dois casos, uma procura mais sistemática do documento aconteceu devido a uma necessidade concreta. Longe de tentar atribuir apenas uma condição utilitarista à procura dos documentos, queremos ressaltar sua relação mais com eventuais alterações no campo de possibilidades que com projetos de vida que tivessem como requisito prévio a obtenção do documento.

Nesse contexto, acompanhando Howard Becker (2008), consideramos que, no desvio dos *outsiders* (em nosso caso, a residência sem documentos), três grupos se inter-relacionam: os imigrantes indocumentados (desvio), o grupo que define que essa atitude é de fato um desvio e quem controla o grupo desviante. É importante relevar os diferentes atores envolvidos, pois cada um deles tem seus interesses. Os critérios de quem tem poder de definir o que é um desvio muito provavelmente não serão os mesmos que os do próprio grupo. Por esse motivo, propomos uma abordagem que venha a complementar o que até agora tratamos.

Nesse sentido, Cornelia Eckert, ao falar das cidades contemporâneas (em nosso caso, também dos imigrantes que nelas moram), afirma a necessidade de assumir uma posição epistemológica de compreensão mais que de explicação. Como se darão esses jogos de memória, que orientam a fundação de comunidades urbanas e seus territórios de vida para quem não compartilha integralmente uma memória coletiva, tal como no caso dos imigrantes? Ao falar do meio urbano, algumas pistas são dadas:

[...] pelo qual se adere ao caráter paradoxal e iniciático que envolve a prática da pesquisa etnográfica nos meandros da duração, que apresenta os territórios de vida urbana como lugares da imaginação de seus habitantes, levando em conta, principalmente, as possibilidades que os estudos de narrativas biográficas nos oferecem como procedimentos padrão de compreensão da complexidade antropológica que encerram as cidades contemporâneas. (ROCHA e ECKERT, 2013, p. 23-24)

O desafio inicial deste trabalho era explorar a visão de mundo desses imigrantes sem documentos de residência para além das explicações e o paradigma do Estado. Acompanhamos as duas trajetórias visando a uma abordagem diferente. Entendemos que, ao tentar promover uma compreensão geral sobre as razões da emigração, ou encaixar as trajetórias em discursos abrangentes, corremos o risco de não ouvir a complexidade da vida de um imigrante.

Não há nada de natural em catalogar alguém como imigrante ou indocumentado. Podemos afirmar, de maneira geral, que se trata de uma construção que atende a certos interesses e persegue determinados fins. A intenção de apresentar neste trabalho os dois relatos que cristalizam trajetórias diferentes compreende, conforme Pierre Bourdieu (1999, p. 11), a necessidade de confrontá-los, não para relativizar, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito de justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes.

Nosso esforço orientou-se a mostrar como Maria encaixa-se mais naturalmente no estereótipo de imigrante que, em seu deslocamento, sente-se estrangeira no país de acolhida. Ao contrário, Pedro sente o choque identitário do estrangeiro ao retornar a seu país de origem. É evidente que os deslocamentos aconteceram em momentos diferentes de suas vidas. Para Maria, “seu” lugar estava no Uruguai, ainda que na fronteira, e ela viveu sua experiência como estrangeira ao chegar ao Brasil. Já para Pedro, “seu” lugar estava no Brasil e sentiu-se estrangeiro ao retornar à Argentina. Seja como for, os dois são, no Brasil, imigrantes indocumentados, e essas categorias também os definem em sua relação com o Estado.

Desenvolvemos até agora um modelo explicativo que contempla a narrativa do Estado e aborda o fenômeno migratório desse ponto de vista. Uma vez que o observador (pode ser o representante da burocracia estatal) está imerso nesse paradigma, tudo parece bem, lógico e coerente. O discurso parece consistente. A teoria e a prática, no entanto, algumas vezes se desencontram, e a abordagem teórica mais sólida pode não dar conta da prática como nos mostram Maria e Pedro.

Os imigrantes indocumentados são, em mais de um sentido, invisíveis. Conforme relatado a Abdelmalek Sayad (1998, p. 117) por um deles: “...você quer conhecer os que estão ‘escondidos’, entender como a gente se torna um ‘escondido’... acredite, mas não se trata de um ‘esconderijo’. Ainda que fosse, paguei com meu sangue, com minha carne, com meus cabelos brancos...”. Essa invisibilidade é multidimensional e relacional; como afirma um informante de Loïc Wacquant ao referir-se ao mundo dos outros: “(...) o mundo dos brancos ‘lá fora’ permanece basicamente desconhecido por ser virtualmente inacessível, a não ser através dos meios de comunicação de massa” (WACQUANT, 2001, p. 77).

Existem diversas manifestações da impessoalidade. Por exemplo, a impessoalidade do não lugar, no sentido atribuído por Marc Augê, de uma pessoa que está na sala de embarque de um aeroporto, onde os símbolos são conhecidos, como as marcas no free shop, as poltronas, a cafeteria para fazer um lanche rápido se necessário. O passageiro, nesse não lugar, está ciente das opções disponíveis, interage com a simbologia do entorno e não precisa necessariamente agir. Nesse intervalo, poderá tomar um café, embora precise apresentar um meio de pagamento válido, como um cartão de crédito que tenha convênio com a loja (os cartões com bandeiras internacionais como Visa ou Master, de uso global ajudam nessa hora) ou dinheiro aceito no comércio, moeda local ou eventualmente dólares ou euros (difícilmente conseguirá pagar em yuans tibetanos).

Caso não tenha como pagar, terá de improvisar: verificar se não existe algum conhecido na sala de embarque para pedir auxílio com o pagamento, pedir um lanche de cortesia ou, em última instância, ficar com fome. Pode ficar invisível até a hora do embarque, em que necessariamente terá de se apresentar, tornar-se visível novamente e mostrar a chave apropriada para sair desse não lugar. Esse exemplo banal serve apenas para mostrar o leque de opções disponível quando o passageiro está ainda naquele não lugar de anonimato e invisibilidade. Apenas nesse momento, ao apresentar a “chave” apropriada, conseguirá transitar do não lugar (de invisibilidade) para o lugar em que precisará agir enquanto

indivíduo. Uma situação diferente apresenta-se quando a “chave” não está disponível. Embora a interação com os símbolos do entorno aconteça, não é possível passar do não lugar para o lugar, da invisibilidade para a visibilidade.

Um imigrante sem documentos legais de residência pode conhecer os órgãos de seguridade social ou as instituições de ensino, mas não tem a chave para acessá-los. Para ele, o não lugar é seu lugar. É nele que terá de tecer suas redes de relações, definir as táticas (voltaremos mais tarde a esse conceito) e a ele circunscrever suas ações. Voltemos rapidamente ao exemplo do aeroporto e pensemos nas diversas operações que o passageiro teria de combinar para poder tomar um simples café. Ele precisaria avaliar as possibilidades, fazer escolhas e apostar na melhor opção para obter sucesso. As opções que um imigrante indocumentado deve avaliar para agir, em alguns casos durante anos, oferecem-nos uma ideia da dimensão dessa tarefa.

Surge aqui a primeira pergunta: se o documento permite transitar do não lugar para o lugar, é válido afirmar que não ter um documento transforma esse não lugar num lugar? Lugar em que é preciso viver anonimamente em vários sentidos? Chegados a este ponto, é preciso um esclarecimento. Apropriamo-nos do conceito de não lugar de Augê não para definir apenas uma dicotomia sobre o que seria uma vida com documentos em oposição a outra com documentos. Interessam-nos mais as fronteiras criadas pelo conceito, os trânsitos entre essas duas dimensões e fundamentalmente o *status* relativo de tal conceito. É, nesse sentido, uma ferramenta que nos auxiliará a pensar o documento de maneira relacional e mutável na vida das pessoas.

O documento assume um papel importante para o Estado e, de tempos em tempos, exige uma “prova” de fidelidade: nas eleições, nas campanhas de vacinação, no registro no sistema formal de ensino para menores de idade, na ocasião de solicitar aposentadoria ou outro direito. O Estado precisa saber, através do documento, quem são esses indivíduos para os mais diversos fins, desde dados estatísticos até previsões orçamentárias. Se, para o Estado, o documento ocupa um lugar central, as pessoas conseguem viver sem eles.

Duas ferramentas importantes utilizadas pelo Estado na finalidade de obter uma homogeneização criada através do que podemos entender como uma “identidade nacional” são as leis e os costumes, o que vale tanto para nativos quanto para estrangeiros. Para explicitar a fidelidade a essa identidade nacional, é necessário participar de diversos rituais, alguns dos quais demandam a apresentação de um documento, ficando deles excluídos os que

não possuem um. Outros, no entanto, não dependem da apresentação de documentos, como ouvir a música local, desfrutar a culinária, participar de festas e celebrações. Para as burocracias nacionais, tudo o que é impuro é um problema e aquilo que não pode ser trazido para a norma (cultura e identidade nacional) é deslocado para as margens.

Trate-se de nativos ou estrangeiros, é nessa periferia do sistema que se encontram todos aqueles que não se encaixam na massa homogênea que a burocracia cria para poder lidar com ela. Se não se encaixa, o indivíduo é ignorado. De alguma maneira, viver em sociedade implica assumir um “anonimato”, ao estilo dos não lugares de Marc Augê. Como já mencionamos, de tempos em tempos, a burocracia demanda de seus integrantes uma confirmação de lealdade. No momento em que o funcionário coloca um carimbo ou consulta uma base de dados, podemos afirmar que o indivíduo existe para o Estado. Para chegar a esse ponto, ele precisa comprovar que está apto para “falar com o Estado”; caso algum requisito não seja atendido, o funcionário, face visível da burocracia, pode afirmar de modo impessoal, como relatou Maria, “hoje não posso fazer nada por ti”.

Se a falta de um documento impede o acesso a certas dimensões da sociedade que acolhe o imigrante, existe uma infinidade de outras maneiras de se inserir apropriando-se dos costumes e das tradições locais. É na porosidade dessas fronteiras que age o imigrante sem documentos. É nesse ponto que Michel de Certeau (1998) auxilia-nos na abordagem pretendida com o conceito de cotidiano, o qual se inventa com mil maneiras de caça não autorizada, gerando uma atividade cultural dos não produtores de cultura. O autor traz o exemplo dos ameríndios colonizados e sobre como eles metaforizaram a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros no sistema que os assimilava exteriormente. Modificavam-na sem deixá-la. De Certeau (1998, p. 99) afirma:

Chamo de estratégia ao cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (um exército, uma empresa ou o Estado) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo *próprio* e ser a base desde onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (clientes ou concorrentes, inimigos ou imigrantes). Toda racionalização estratégica procura, em primeiro lugar, distinguir de um ambiente um *próprio*, isto é, o lugar de poder e querer próprios.

O *próprio* é uma vitória do lugar sobre o tempo, pois permite capitalizar vantagens conquistadas e preparar expansões futuras. Permite, assim, obter relativa independência para si em relação à variabilidade das circunstâncias. Representa um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo.

Entende-se por tática aquela ação calculada que é determinada pela ausência de um *próprio*. Nenhuma delimitação de fora concede-lhe a condição de autonomia: a tática não tem por lugar senão o do outro. Por esse motivo, deve jogar no terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha. A tática é movimento no campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1998, p. 100). Esse não lugar também lhe permite mobilidade, já que pode captar as possibilidades oferecidas a cada instante para aproveitar as falhas do sistema de vigilância proprietário. Tática é, segundo De Certeau, “a arte do fraco”.

O imigrante indocumentado movimenta-se nas fendas que a estratégia burocrática do Estado produz e reproduz, agindo nesse não lugar, que é seu lugar. Suas possibilidades de estabelecer estratégias no sentido antes definido são restritas, mas não são nulas. Para tocar a vida, para ganhar o pão e para relacionar-se, utiliza-se mais de táticas que lhe permitam realizar uma apropriação seletiva da cultura local, percorrendo os caminhos que lhe são permitidos e evitando aqueles que precisam ser liberados pelo uso de uma chave (nesse caso, um documento que não tem).

As fronteiras entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto são difusas e seu trânsito é dinâmico. Autores como Eduardo Noronha (2003) entendem que a dicotomia formal/informal faz parte do jargão econômico, enquanto legal/ilegal são conceitos que têm origem no Direito, sendo que as pessoas apelam a critérios morais para justificar suas ações, recorrendo aos conceitos de justo/injusto. Vejamos um exemplo: uma pessoa que faz, com os ingredientes que tem em casa, um bolo para vender no ponto de ônibus e assim pagar a passagem para ir trabalhar está dentro da economia formal ou informal? Acreditamos que esse indivíduo tem outras preocupações e não irá parar para pensar em qual das categorias ele se encaixa.

Em ¿Qué significa “trabajador informal”?, de Rosario Palacios (2011), tenta-se proporcionar uma visão crítica sobre o conceito de trabalho informal ao pesquisar a vida diária dos trabalhadores. Mostra-se como os problemas que marcam as reflexões teóricas sobre esse assunto têm feito com que alguns cientistas sociais foquem menos nas experiências das pessoas, nesse sentido a criação da realidade do trabalho informal, através dos postulados sobre ele elaboradas e as metodologias estabelecidas para a identificação, deram lugar a uma homogeneização fictícia do próprio trabalho informal do mundo.

De Certeau defende que, para os indivíduos estabelecerem suas táticas, valem-se da astúcia e identifica nesse comportamento três componentes que se destacam: a ocasião, os

disfarces e a invisibilidade paradoxal. Essa astúcia leva o indivíduo do ponto de partida (ponto de menos força) até o termo (ponto de maior efeito). Para valer-se da astúcia, é necessário mediar um saber específico, feito de muitas partes, muitos momentos e coisas heterogêneas. Não existe uma fórmula geral a aplicar e não contam com um lugar próprio. Como memória que é, não pode separar-se do tempo em que foi adquirido. A ocasião aproveita-se, não se cria.

As memórias dos lugares e de situações anteriores são conformadas com fragmentos, visto que estamos ligados às coisas, em muitos sentidos, pelas lembranças. De Certeau (1998) afirma que isso é pessoal e não interessaria a ninguém não fosse pelo fato de que precisamente essas memórias compõem o espírito do bairro, da cidade, da nação. Lugar é uma ordem, não interessa qual, em que impera a lei do *próprio*. É nesse terreno delimitado que o imigrante sem documentos terá de obter seus recursos e estabelecer suas alianças.

Como nota conclusiva, reiteramos que este trabalho não tem a pretensão de chegar a afirmações categóricas ou de extrair da pesquisa conclusões definitivas. Dou-me por satisfeito ao mostrar as fronteiras e, através delas, deslocar conceitos caros às Ciências Sociais: imigrante, irregular, ilegal, vulnerável. Esses conceitos tendem a ser usados de modo que a verdade e a realidade neles contida acabam silenciando outras verdades e outras realidades. Essas fronteiras, longe de serem linhas que separam duas coisas diferentes, representam mais uma região difusa e, muitas vezes, resulta difícil definir de que lado elas estão. Em realidade, a simples pergunta não faz sentido para os indivíduos e serve apenas ao pesquisador e à pesquisa. Se, em lugar de respostas, obtenho algumas perguntas, já me darei por satisfeito.

Usei por tática apresentar duas trajetórias que podem ser rapidamente categorizadas como imigrantes indocumentados. Porém, ao adentrarmos um pouco mais em suas trajetórias, observamos que, na verdade, eles pouco têm em comum fora a procura pelo documento de identidade, algo que se fez necessário, no caso de Maria, para registrar a casa em seu nome e, no caso de Pedro, para reivindicar seus direitos após o acidente. Se a tática foi correta, terei trazido a atenção do leitor para essa diferença. Conforme expressamos anteriormente, o confronto entre essas duas dimensões da imigração, longe de querer fragilizar uma para realçar a outra, quer somá-las para assim ampliar a complexidade das análises sobre o tema. Será que a ilegalidade e a informalidade, muitas vezes compartilhadas com seus vizinhos nas periferias (no plural), representam uma problemática de mesma dimensão para os imigrantes e para o Estado? Ou para as Ciências Sociais? As periferias em que habitam, tanto geográficas

quanto sociais, são mais periferias do que centros? Caso não precisassem dos documentos, Maria ou Pedro teriam recorrido ao CIBAI? Ou continuariam *ad aeternum* como imigrantes indocumentados?

Com De Certeau, que lembra a história de Robinson Crusó, um jovem marinheiro inglês, único sobrevivente do naufrágio da embarcação em que tinha partido da Inglaterra sem avisar ninguém, podemos trazer uma imagem reveladora. Após anos de solidão e trabalho duro, em que conseguiu reconstituir seu estilo de vida europeu, ainda que com evidentes limitações materiais, tinha sua fortaleza na praia, uma casa na floresta, cultivava grãos, lia a Bíblia que havia resgatado do navio e, em sua absoluta solidão, tinha a rotina mais europeia que um náufrago solitário poderia ter.

Um dia, caminhando na praia, descobriu, não sem espanto, uma pegada humana. Aquela simples marca na areia serviu para ameaçar sua vida e sua obra, sentindo-se ele próprio ameaçado. Não viu naquele momento mais do que uma marca de poucos centímetros de comprimento, com uma profundidade mínima na areia, uma marca que o vento e o mar logo apagariam. Aquela pegada insignificante, no entanto, encheu-o de terror e abalou seu império. Foi apenas algum tempo depois, quando conseguiu substituir aquela imagem transgressora da pegada que o ameaçava pela visão do seu dono, Sexta-Feira, que pôde acalmar-se e traçar uma estratégia, que culminou com a colonização de Sexta-Feira e permitiu-lhe ser novamente dono da situação, o *próprio*. A tranquilidade voltou quando tudo ficou em ordem.

Os imigrantes, assim como Sexta-Feira, deixam hoje pegadas que podem resultar inquietantes ou transgressoras e, em última instância, podem ser interpretadas como ameaças. Ver senegaleses vestidos com roupas coloridas e quase sempre em grupos vendendo relógios e outros artigos nas ruas do centro de Porto Alegre, haitianos com sotaque carregado procurando emprego na serra gaúcha ou uma mesquita em alguma cidade alemã são símbolos que precisam ser domesticados e, caso isso seja impossível, devem ser descartados. O concreto é que essas pegadas ameaçam o cotidiano, a identidade.

Há momentos, no entanto, em que essas pegadas confundem-se com outras e não é mais possível distingui-las. E, nesse contínuo jogo de tentar entender os novos códigos, adaptá-los e fazer deles parte do repertório próprio, a vida passa. Lembro-me claramente de uma das visitas à casa de Maria. Já estávamos de saída quando começou uma chuva mansa, dessas de verão. Pouco depois entrou a vizinha e amiga de Maria (que é brasileira) e disse:

– Maria, está chovendo! Vamos fazer umas *tortas fritas*?

Um gosto da minha infância voltou à memória instantaneamente e vi minha mãe fazendo tortas fritas numa tarde qualquer de chuva. Provavelmente “minhas” tortas fritas não seriam as mesmas que as de Maria e muito menos as de sua amiga brasileira, mas com certeza nós três comeríamos tortas fritas naquele dia.

6. REFERÊNCIAS

- AUGÊ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BECKER, H. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CERTEAU, M.D. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DEFOE, D. *Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1970.
- ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ETCHEVERRY, D. *Identidade não é documento: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas*. Porto Alegre, 2007. 173f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- HERZFELD, M. *A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- HONNETH, A. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 56-80, mai./ago. 2013.
- JARDIM, D.F. *Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- JARDIM, D.F. Etnografía entre aduanas: reflexiones acerca de las formas difusas del control migratorio. *Temas de Antropología y Migración*, n. 3, p. 6-22, jun. 2012.

LATOUR, B. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. II, n. I, p. 7-26, 1995.

NORONHA, E. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.

PALACIOS, R. ¿Qué significa “trabajador informal”? Revisiones desde una investigación etnográfica. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 73, n. 4, p. 591-616, 2011.

ROCHA, A.L.C da; ECKERT, C. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavivisual, 2013.

SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, G. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.